

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de História - HIS

Monografia de Conclusão - Curso de Graduação

Professor Orientador: Dr. Mateus Gamba Torres

**Entre a Ditadura e a Democracia: a soja e o programa de expansão agrícola do
Cerrado brasileiro**

Carlos Eduardo Corrêa de Souza Silva

Brasília, DF

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço a jornada que foi o curso de História na Universidade de Brasília, os professores que detinham os mais variados tipos de conhecimentos e permitiram que eu abrisse minha mente para diversas percepções e áreas sobre a História.

Agradeço meu orientador Dr. Mateus Gamba Torres, pela sua paciência, compreensão e sobretudo me motivar a pesquisar mais sobre o tema, dessa forma possibilitando que eu ampliasse diversos pontos sobre a pesquisa, que serão trabalhados ao longo da monografia.

Agradeço a minha querida professora de História do Brasil IV, Dra. Albene Miriam Menezes Klemi, que sempre separava um pouco de seu tempo para que eu conseguisse retirar dúvidas sobre a pesquisa e por suas aulas esclarecedoras sobre o período Ditatorial no Brasil.

E por fim agradeço a minha mãe Raquel Oliveira Corrêa e minha família, por me suportarem em meus momentos difíceis e me apoiarem ao longo do curso e da monografia.

RESUMO: O Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados foi constituído em 1979, durante a Ditadura Militar. O projeto consistia em uma parceria entre Brasil e Japão, visando transformar partes do cerrado em áreas para cultivo de grãos, principalmente da soja. Todavia há elementos sobre a parceria que devem ser debatidos, pois a soja, que é um grão considerado altamente capitalista e predador, por seu valor no mercado financeiro. Além disso, seu cultivo gera uma série de desmatamentos, uso de agrotóxicos e pesticidas para seu cultivo. O Estado considerava o Cerrado como áreas que representavam grande “vazios nacionais” que deveriam ser integrados ao restante do país. Contudo, deve-se considerar que os povos indígenas que já habitam o bioma, foram ignorados durante a implementação do programa, ocasionando em expulsões de suas terras tradicionais. O PRODECER, não teve receptividade entre todas as camadas do povo brasileiro, ocasionando em grupos contrários. Dentre eles, políticos, religiosos, agrícolas e os indígenas, que criticavam os impactos do programa e questionavam a parceria com o Japão.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura, agrarismo, programas de desenvolvimento, cerrado, soja, indígenas, conservadorismo, Japão, Geisel.

ABSTRACT: The Nipo-Brazilian Cooperation Program for Agricultural Development of the Cerrado was established in 1979 during the Military Dictatorship. The project was a partnership between Brazil and Japan, aimed at transforming parts of the cerrado into areas for grain cultivation, primarily soybeans. However, there are contentious aspects of the partnership that warrant debate, as soybeans are considered a highly capitalist and predatory crop due to their financial market value. Additionally, their cultivation involves extensive deforestation and the use of agrochemicals and pesticides. The state viewed the cerrado as vast "national voids" that needed to be integrated into the rest of the country. However, it is important to consider that the indigenous peoples who inhabited the biome were ignored during the program's implementation, leading to the expulsion from their traditional lands. PRODECER did not receive universal acceptance among the Brazilian populace, facing opposition from various groups, including politicians, religious figures, agriculturalists, and indigenous communities, who criticized the program's impacts and questioned the partnership with Japan.

KEY WORDS: Dictatorship, Agrarianism, Development programs, Cerrado, Soybean, Indigenous peoples, Conservatism, Japan, Geisel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO I – Visões contrastantes sobre o PRODECER.....	14
1.2 Japão no Brasil: motivos para a escolha do país.....	34
1.3 Consequências ambientais da soja predatória no Cerrado brasileiro.....	37
CAPÍTULO II – Função da Terra e resistências ao PRODECER.....	42
2.1 Resistências ao Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados Agrícola dos Cerrados.....	49
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

Introdução

Após a renúncia de Jânio Quadros, João Goulart toma posse como presidente em 7 de setembro de 1961 com o país enfrentando um cenário de grave crise política, pela atitude suspeita dos militares, além das estrondosas dívidas internas e externas do país. O sistema parlamentar foi implantado na ausência de Goulart, enquanto estava viajando a China, ainda como vice-presidente da república, essa medida foi implantada para frustrar qualquer tentativa de poder governar com plenos poderes e seus planos de reformas de base.¹ Goulart calcava alianças com os conservadores, principalmente com o PSD, contudo ciente de suas bases de esquerda, formando assim o gabinete “conciliação nacional”. O Primeiro-Ministro era Tancredo Neves do PSD, partido que era majoritário na Câmara dos deputados. Dessa forma o presidente foi exercendo seu poder aos poucos, como o cancelamento da exploração mineradora em Minas Gerais do grupo Hanna Company, situação que foi possível pela aprovação do gabinete criado. O objetivo do presidente era governar o país com um viés nacionalista, adotando uma política externa independente e limitando intervenções de empresas privadas no patrimônio público brasileiro. Da mesma maneira que realizava tais intervenções, buscava ampliar a quantidade de mercados para exportação, estabelecendo relações com países de base socialista e até mesmo com a União Soviética. Inúmeras foram as tramas golpistas em seu governo, como a feita pelos ministros militares Odílio Denys, Cordeiro de Farias e Olímpio Mourão junto a empresários cariocas, logo no início de seu mandato. Entretanto, as conspirações sempre falhavam em convencer a maioria dos oficiais do exército a executarem um golpe, em um governo que, embora não fosse do agrado das forças armadas, era legítimo.²

As ligas camponesas, organizações de trabalhadores rurais, criadas durante o governo de Juscelino Kubitschek, intensificavam cada vez mais, suas representações no campo. No ano de 1961 em Belo Horizonte houve o primeiro Congresso Camponês, onde João Goulart discursou em sua abertura, todavia ao longo do evento ocorreram várias propostas radicais para o planejamento da reforma agrária. O empecilho se encontrava no

¹ FIGUEIREDO, 1993, p. 51 *apud* FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.348.

² FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.348-349.

artigo 141 da Constituição de 1946, onde previa que os donos de terras desapropriadas por interesse público deveriam ser indenizados com dinheiro, enquanto Goulart queria que fossem pagos com títulos da dívida pública, algo que não foi aceito pelos conservadores, logo não conseguiu enviar uma proposta ao Congresso Nacional sobre a reforma. Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, representado como uma das grandes bases do movimento de esquerda, fica desapontado com o rumo que as reformas agrárias estavam sendo deixadas de lado, então incitava o presidente, em uma manobra política a fechar o Congresso Nacional, assumir seus plenos poderes políticos e realizar as reformas de base, ignorando totalmente a constituição.³

Durante esse período o país estava dividido entre o Partido Social Democrata, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro. A UDN se chamava de união pela complexidade em sua formação, dentro dele havia liberais, conservadores, membros da imprensa, exército e latifundiários. Esse grupo heterogêneo acabaria se tornando o movimento de direita no espectro político. Em termos gerais concordavam com o desenvolvimento liberal, isto é, eram favoráveis as iniciativas de investimento com capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos, para a industrialização e o mínimo de intervenção estatal em iniciativas privadas a fim de promover o “desenvolvimento” do país. O partidário de maior influência da UDN era Carlos Lacerda, com seu influente instrumento midiático, a Tribuna da Imprensa, jornal responsável pela ferrenha oposição à esquerda. O jornal em seus momentos mais radicais flertava com discursos golpistas para justificar uma “verdadeira democracia”.⁴ Foi tão relevante para a construção da mentalidade brasileira do período que as “diversas crises políticas entre 1954 e 1964 só atingiram o caráter de ‘crise’ junto à população graças à imprensa, caso contrário, seriam apenas rumores internos nos corredores do Congresso Nacional e nos Quartéis”.⁵ Desta forma as mídias, principalmente a imprensa, comandadas por Carlos

³ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 349-350

⁴ DELGADO, M. de P. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). Locus: *Revista de História, [S. l.]*, v. 12, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20647>. Acesso em: 30 ago. 2024, p.138-140.

⁵ DELGADO, M. de P. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). Locus: *Revista de História, [S. l.]*, v. 12, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20647>. Acesso em: 30 ago. 2024, p.140.

Lacerda, foram substancialmente responsáveis pelos abalos à democracia, antes do Golpe Militar de 1964.⁶

Nos períodos pré-golpe Goulart se viu com poucas alternativas em virtude do golpe que se instaurava em 31 de março de 1964. Em um curto espaço de tempo o presidente se encontrava isolado e recebia exigência de seus generais de que rompesse com o Comando Geral dos Trabalhadores, repudiasse o comunismo e acabasse com as greves dos trabalhadores que havia começado em 1963, contudo Goulart negou-se a atender tais demandas. O presidente que se encontrava no Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, deixou a cidade para ir a capital, todavia sua atitude foi interpretada como uma fuga, sendo comemorada por parte da alta sociedade carioca com festas. Sob o comando de Carlos Lacerda, os lacerdistas, ou grupos golpistas, depredaram o prédio da União Nacional dos Estudantes, agredindo alguns dos estudantes presentes e cercando o Ministério do Trabalho. As forças golpistas também incluíam grupos paramilitares e partidários que destruíram outras áreas durante o ato.⁷ Mesmo com Goulart presente em território brasileiro o presidente da Câmara declarou seu cargo vago, indicando Ranieri Mazzilli para assumir a presidência temporária. Logo o presidente do Supremo Tribunal Federal também foi legitimar a posse do novo presidente.⁸ Goulart reuniu-se com seus generais e comandantes mais próximos e pediu uma avaliação militar, no entanto a situação deflagrava uma possível guerra civil, com fortes indícios de envolvimento dos Estados Unidos. Além disso o poder militar que Goulart compreendia era bem menor do que a das forças armadas, em consequência das estimativas o presidente optou por não resistir.⁹ Afinal o golpe militar de 1964 foi uma ação política organizada, como Alves demonstra a seguir:

“A tomada do poder de Estado foi precedida de uma bem orquestrada política de desestabilização que envolveu corporações multinacionais, o capital brasileiro associado-dependente, o governo dos Estados

⁶ DELGADO, M. de P. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). Locus: *Revista de História*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20647>. Acesso em: 30 ago. 2024, p.140.

⁷ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.398.

⁸ TAVARES, 1999, p. 151-153 *apud* FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 398.

⁹ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 399.

Unidos e militares brasileiros – em especial um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra (ESG)”¹⁰

Como descrito anteriormente o começo da Ditadura se deu por uma política de desestabilização. Os Estados Unidos agiram através da CIA, para cooptarem militares com altas patentes e civis, além do preparo de instituições com o objetivo de conspirarem contra o governo de Goulart. Dentre elas estava o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). O complexo ESG/IPES/IBAD desempenhou um papel crucial na formação de estruturas para o controle do Estado brasileiro. Eles foram responsáveis pela implementação de redes de informação que visavam estabelecer um controle Estatal centralizado. Continuando, outra importante medida foi a criação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, empreendida pelo general Golbery Couto e Silva, junto de oficiais da ESG e do IPES. Essa doutrina precedeu um período de intenso autoritarismo, repressão e perseguições, funcionando como um instrumento ideológico que refletia os interesses de elites estrangeiras em manter um modelo não democrático para a exploração de recursos no Brasil, perpetuando um desenvolvimento dependente.¹¹

Durante a Ditadura brasileira o Estado de Segurança Nacional buscava por estabilidade em suas instituições, colocado em análise ele pode ser dividido em três fases distintas. A primeira com Castello Branco, onde o Estado ditatorial procurava engendrar suas bases econômicas, políticas e constitucionais, dentre elas as políticas de desenvolvimento econômico e uma nova Constituição. Todavia essas novas medidas foram acompanhadas de oposições, que foram silenciadas pela recorrente violência Estatal. A segunda fase teve início com a promulgação do Ato Institucional nº 5, no ano de 1968, com Costa e Silva. Esse ato buscava a estabilidade estatal através da violência, do terror e da supressão de direitos, estando associado a um modelo econômico capitalista que, apesar de um alto crescimento, enfrentou sérias dificuldades nas primeiras crises. A terceira fase é marcada pelo general Ernesto Geisel, a partir de 1974. Nesse período, estão associadas as políticas de distensão, que serão analisadas a seguir.¹²

¹⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 27.

¹¹ *Ibidem* p. 27-30.

¹² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 383-385.

A ditadura se instala e vai ficar 21 anos no poder, para o fulcro desse trabalho nos focaremos especialmente no começo da chamada abertura “lenta, gradual e segura do regime”. Passados quase dez anos de Ditadura entra no período de Ernesto Geisel (1974-1979), em que foi aberta a terceira fase de institucionalização do Estado, onde apesar de ainda representar um período de perseguição ditatorial, foram instituídas bases mais flexíveis. Enquanto as fases entre Castello Branco e Costa e Silva foram marcadas pelo início do autoritarismo e repressão, pelo uso da Doutrina de Segurança Nacional.¹³ Todavia, para os responsáveis pelo planejamento do governo, estava prevista uma mudança significativa no cenário brasileiro. O Brasil, no período de Geisel, estava no fim do chamado milagre econômico, onde o Estado teve um forte papel em políticas “desenvolvimentistas”, entretanto com o fim do milagre econômico o país começava a enfrentar problemas financeiros, dessa forma precisava de apoio para legitimar o poder militar da época. Com o intuito de alcançar apoios políticos e sociais alguns instrumentos de coerção da ditadura foram sendo gradativamente desarticulados, pelos projetos chamados de “políticas de distensão”. Dentre os instrumentos de coerção mais explícitos estava a remoção parcial da censura, negociações para prerrogativas de direitos humanos, a volta das eleições, que ainda seriam um processo controlado e por fim o AI-5, seria revogado. Tais eram as medidas graduais de Geisel que dariam início ao seu plano de uma “democracia relativa”.¹⁴

Em 1979, Brasil e Japão fortaleciam suas relações, em plena Ditadura Militar. Já no final do governo de Geisel, foi criado em parceria com o Japão um programa para “modernização” da produção de grãos no cerrado brasileiro. O interesse dos japoneses era obter o direito de cultivo de certos grãos em terras produtivas, enquanto o do Brasil era encontrar um parceiro que investisse capital econômico no país. O processo de modernização conservadora dos cerrados, ou reforma agrária conservadora gerou diversos danos para o bioma e os povos que ali residiam. Esse “desenvolvimento” prometia resolver as demandas alimentares mundiais e melhores condições de trabalho

¹³ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 223.

¹⁴ *Ibidem* p. 224-225

para os camponeses.¹⁵ Era baseados em uma série de teorias da segunda metade do século XX, denominada de Revolução Verde.

O pacote típico de políticas de reforma agrária do período tornou-se conhecido como Revolução Verde, na década de 1970. Essa “revolução” considerou o campo como um parceiro essencial para processos de industrialização mais amplos, que acolheram o investimento estrangeiro direto e a territorialização de empresas multinacionais de agronegócio verticalmente integradas nas décadas vindouras¹⁶

A Revolução Verde tinha objetivos legítimos, todavia o conceito foi absorvido pelo capitalismo. E acabou tornando-se um mecanismo com a finalidade de resolver disputas geopolíticas que favorecendo os grandes agricultores. Entre as décadas de 1960 e 1970 estava presente a noção de que o Brasil precisaria resolver sua dualidade entre campo/cidade, para poder adentrar no capitalismo mundial. Essa era uma conclusão também gerada por círculos do Partido Comunista e economistas do IPES, cada uma via uma forma diferente de desenvolver o país a partir disso. Contudo com a tomada de poder dos militares a questão da terra foi tratada de outro modo. O espaço rural foi administrado pelos militares e desenvolvido sobre sua ótica de modernização conservadora, se tornando uma das questões chave do governo ditatorial, que será trabalhado no texto.¹⁷

Para desenvolver esta pesquisa, serão utilizados diversos informes do Serviço Nacional de Informações (SNI), encontrados no Arquivo Nacional. O SNI foi criado pelo General Golbery do Couto e Silva em 1964, pelo Decreto-Lei nº4.314. Logo no governo de Castello Branco, foi uma das primeiras medias institucionais adotadas pela Ditadura Militar. O órgão tinha a função de ser um instrumento para assessorar o Executivo e o Conselho de Segurança Nacional, entretanto se tornou um forte aparelho Estatal. Um exemplo de sua influência é que comandantes do Serviço Nacional de Informação eram cotados para serem chefe de Estado, como foi o caso de Médici e Figueiredo que posteriormente, governariam o Brasil. O SNI, na prática era utilizado para coleta de

¹⁵ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022

¹⁶ BURBACH; FLYNN, 1980; THIESENHUSEN, 1995 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. p.287

¹⁷ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 19-22

informações, controle sobre atividades políticas da oposição e espionagem populacional.¹⁸ Portanto, os documentos elaborados por tal órgão podem refletir vieses ideológicos estatais e, por isso, devem ser examinados com cautela.

O projeto criado em parceria com o Japão foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), teve duração entre 1979-2001. O governo Militar tinha o interesse de realizar uma “modernização” agrária no território brasileiro. O programa conduzido sobre a administração de Geisel, foi utilizado como um “instrumento de autonomização das forças produtivas nacionais (nesse caso, a agroindústria) no plano mundial, com enfoque na produção de grãos”.¹⁹ Inteirado pelo Estado como o maior programa geopolítico que compreendeu o cerrado, com duração de vinte e dois anos e investimento de 555 milhões de dólares. O programa baseado nas fontes que serão analisadas, acabou se tornando um dispositivo para normalizar a exploração desenfreada dos cerrados brasileiros.²⁰

A relevância da pesquisa do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados envolve o fato de que o programa não é citado usualmente nos meios acadêmicos, todavia foi um dos responsáveis para a exploração sistemática do cerrado. O projeto em si apesar de ser considerado um dos maiores programas de “reforma agrária” conservadora, até o período de Geisel, pode ser considerado pequeno ao ser comparado com empreitadas atuais. Todavia sua relevância está justamente no fato de que foi o pioneiro para o entendimento das agroindústrias de que era possível a exploração intensiva dos cerrados, muitas vezes feita de forma ilegal. Essa exploração afeta a vida das pessoas que já viviam nas terras e tem que ser deslocadas em razão dos projetos políticos e principalmente os povos indígenas que são constantemente coagidos a deixarem suas terras por meio da violação de seus direitos e da violência rural.

Serão analisados documentos do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) I, II. Dentre o complexo de informações, encontrados no Banco de Dados Memórias Reveladas, fundo: Serviço Nacional de Informações, serão destacados: os objetivos de cada programa, estados em que foi

¹⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 87-89.

¹⁹ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. *A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979)*. 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 86.

²⁰ *Ibidem* p. 86.

implantado, orçamento destinado ao projeto e qualificações necessárias. Outro documento que também faz parte do mesmo fundo do banco de dados, é o Caderno da Comissão Pastoral da Terra, onde serão trabalhados as perspectivas populares sobre o programa. Este banco de dados é referente ao trabalho em 2012 da Comissão da Verdade. Para abordar o PRODECER III, também será utilizado os arquivos do Banco de dados Memórias Reveladas, fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República referentes. Nele encontra-se problemas na instalação do programa, relatos das experiências dos colonos e um escândalo envolvendo o presidente da CAMPO.

À luz de demonstrar o processo de elaboração da monografia, foram utilizados autores de diversas áreas, com diferentes perspectivas sobre o tema. Oliveira é uma das principais referências, apresentando um resumo crítico sobre o PRODECER I, II e III. Pessoa analisa o programa japonês destacando a ideia de valorizar o território nacional, em detrimento de ceder tais terras para programas de origem estrangeira. Santos é um autor que acaba relativizando o projeto, reconhecendo suas falhas, todavia vê aspectos positivos na “modernização conservadora” do cerrado. Yoshii, junto com outros autores realizaram um monitoramento ambiental, sobre os impactos ambientais do PRODECER, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), contudo não identificaram grandes consequências no bioma, em razão do projeto. Já a revista Reporter Brasil, contribui de forma interessante quando ressalta em sua pesquisa os problemas que a expansão da cultura da soja pode acarretar para a fertilidade da terra. Vecchione ilustra as visões dos povos indígenas sobre as invasões que ocorreram no cerrado, decorrentes de tais projetos, enquanto Welch oferece uma perspectiva de resistência à internacionalização de terras nacionais. Para abordar o contexto da ditadura militar, os autores Ferreira, Delgado e Alves foram consultados para explorar o período de João Goulart, o Golpe Militar e suas consequências subsequentes. Mizuno, por sua vez, analisa a situação política e econômica do Japão no pós-guerra, proporcionando um panorama relevante para a compreensão do impacto internacional nos projetos de desenvolvimento.

A intenção da monografia será debater criticamente a ótica Estatal, sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, visto que o Estado brasileiro foi responsável por exaltar as “estruturas desenvolvimentistas” que projeto realizou em sua duração. Para que essa análise ocorra serão utilizados perspectivas contratantes sobre o PRODECER, de um lado o Estado e as elites classicista e do outro os vários grupos contrários ao estabelecimento do programa, buscando

compreender em partes os problemas ambientais e sociais que o projeto japonês efetuou com os cerrados do Brasil. No capítulo 1.0, é marcada a questão de que o Estado considerava as terras do cerrado, como “vazios nacionais”, ignorando a existência de diversos povos indígenas que ali viviam, dessa forma acarretando em processos de deslocamentos forçados de tais povos. Ainda no primeiro capítulo encontra-se o processo de formação do PRODECER I, II e III. As viagens no regime de Geisel, responsáveis pela parceria entre os dois países e os projetos de infraestrutura que tiveram que ser implementados antes da vinda do programa para o Brasil. No tópico 1.2 é apresentado alguns dos motivos que promoveram a instalação do projeto japonês no Brasil, como fatores internacionais, econômicos e estratégicos. No tópico 1.3 é exposto as consequências da implantação de monoculturas de soja, podendo até acarretar um processo de empobrecimento ou infertilidade do solo. Quanto ao capítulo 2.0, introduz-se um debate sobre a “função da terra”, nele são apresentados o Estatuto da Terra e o AI-9, como plano de fundo para propostas de desapropriações rurais no regime militar. E por fim o tópico 2.1 evidencia as resistências ao PRODECER, isto é, os grupos contrários a implantação da soja no Brasil, dentre eles há grupos políticos, religiosos, povos indígenas e movimentos de esquerda.

Capítulo I – Visões contrastantes sobre o PRODECER.

A visão Estatal será explorada entre as primeiras partes do trabalho, com o propósito de observar alguns elementos “cordialmente” utilizados nos documentos Estatais, para vangloriar os programas realizados na Ditadura e mascarar a expulsão de povos indígenas e autóctones do cerrado brasileiro. O processo de colonização do Cerrado teve início no século XVI, mas não foi precedido por uma organização estruturada, caracterizando-se por conquistas territoriais descontinuadas e desordenadas. Esse padrão persistiu até meados de 1943, quando ocorreu a Marcha para o Oeste. Nesse contexto, foram lançados projetos para incentivar a população a ocupar essas áreas, então consideradas, em documentos oficiais, como “grandes vazios nacionais” e usadas apenas para pastagens. Em 1950, foram realizados planejamentos políticos para reformar o perfil do Estado brasileiro. A mudança mais significativa foi a transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior do país, resultando na criação de Brasília. Uma série de incentivos públicos e privados foram estabelecidos para facilitar o acesso a essa região, e as atividades agropecuárias começaram a adquirir uma dimensão comercial, alterando o perfil econômico da área. Esse cenário perdurou até 1970, quando ficou evidente que a principal fronteira agrícola do Brasil havia se deslocado do Centro-Sul para a região do Cerrado.²¹

Diversas são as problematizações relacionadas aos discursos Estatais sobre os programas de incentivo a ocupação do cerrado, todavia um bom ponto para começar a explanação é em relação aos “vazios nacionais”, conceito referente as terras do cerrado consideradas inabitadas pelas autoridades. Apesar do discurso excludente do Estado os “povos indígenas que habitam o Cerrado são resistentes e lutam para permanecer em seus territórios há séculos”²². Nos séculos XIX e XX, com aprofundamento entre os anos de 1930 e 1940, povos indígenas do cerrado enfrentam a violenta expansão do agronegócio nas terras férteis e nascentes que os próprios povos adaptaram com o passar dos séculos de convívio com a natureza. Esse enfrentamento vinha acontecendo no Mato Grosso e Maranhão, regiões que viraram ápices agrícolas, mas são o berço da cultura de vários

²¹ SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2016. p. 388-389.

²² VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-rexistencias-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

povos indígenas. Logo essas terras não podiam ser considerado “vazios”, pois contemplavam séculos de culturas, histórias e tradições de povos indígenas.²³

Para entender o PRODECER, é essencial analisar as estruturas estatais que existiam antes de sua implementação. O Serviço Nacional de Informações Agência Goiânia revela que o Governo Federal efetuou uma série de estudos com o objetivo de aprimorar as capacidades agrícolas do cerrado brasileiro. Em uma manobra para desenvolver a produtividade do bioma, suavizar os problemas relacionados ao abastecimento de cereais no mercado interno e começar a exportar grãos para outros países. Essa estratégia estava sendo idealizada no intuito de criar um superávit na economia brasileira. Em relação aos territórios compreendidas pelo bioma do cerrado, eram considerado pelo Estado como terras “inexplorados”. O Cerrado brasileiro era estimado em aproximadamente 1.5 milhão de quilômetros quadrados espalhados nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Bahia. Todavia, apesar das grandes extensões do bioma, os pesquisadores avaliavam que as terras possuíam baixa fertilidade, por sua dificuldade natural de absorção de nutrientes, interferindo nos índices de produtividade.²⁴

Em 1971, as terras vermelhas do cerrado foram acrescentadas no Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE). O decreto teve origem no Executivo, o qual era chefiado pelo ditador Emílio G. Médici, o objetivo do programa era desenvolver economicamente o sul de Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal, com a implementação de estruturas básicas como rodovias e estradas destinadas para exportação.²⁵ A seguir um trecho do PRODOESTE:

“Art. 2º O PRODOESTE objetivará a construção imediata de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e

²³ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-rexistencias-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

²⁴ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls.

²⁵ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.192, de 8 de novembro de 1971. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/de11192.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras.”²⁶

O PRODOESTE foi o projeto de lei incumbido pela construção de estradas vicinais em algumas regiões do cerrado, sob a supervisão do Ministério dos Transportes. A construção de armazéns, silos, usinas de beneficiamento e frigoríficos seriam atribuídos ao setor provado, podendo ser financiado pelo Banco do Brasil S.A. O valor do empreendimento era de Cr\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros), que seriam investidos entre 1972 e 1974.²⁷

O segundo projeto para viabilização do bioma foi Programa de Exploração Agropecuária dos Cerrados do Brasil Central (POLOCENTRO), criado em 1975, pelo Decreto 75.320. Tinha o objetivo de “modernizar” as atividades agropecuárias nas regiões do Centro-Oeste e Minas Gerais, buscando a ocupação de terras consideradas “vazias”, possibilitando a compra das terras para agricultores interessados que se encaixavam nas especificações técnicas do programa, sendo o valor investido de dois bilhões de cruzeiros.²⁸ O projeto durou até 1979, e efetivava seus objetivos, enquanto enriquecia produtores rurais, pela concentração de terras e consequentemente impactos ambientais no cerrado. No final, foi substituído por um projeto com objetivos mais ambiciosos, impulsionado pela dinâmica vertiginosa da expansão capitalista no setor rural.²⁹

Feitas observações que levaram ao Golpe de 1964, ressalvas sobre o período de Geisel e a criação de alguns dos projetos de infraestruturas, que apesar de apresentarem um nível de “modernização”, foram as estruturas que viabilizaram a exploração do cerrado. O eixo principal da monografia começa com uma visita ao Japão, que foi responsável por formalizar um dos maiores programas de exploração agrícola que ocorreu no Brasil, durante o período ditatorial. Em 1976, o ditador Ernesto Geisel foi em uma viagem acompanhado de sua família, comitiva e investidores para o país nipônico, com o intuito de discutir possíveis cooperações com a família real e o primeiro-ministro Takeo

²⁶ BRASIL. Decreto-Lei nº 1.192, de 8 de novembro de 1971. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1192.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

²⁷ *Ibidem*

²⁸ BRASIL. Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975. Brasília, 1975. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

²⁹ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p.7.

Miki.³⁰ A seguir, uma fotografia, com Ernesto Geisel chegando ao Japão, no aeroporto de Tóquio:

IMAGEM I: Desembarque de Geisel em Tóquio, no ano de 1976.



O Presidente Ernesto Geisel ao desembarcar no aeroporto internacional de Tóquio.

Fonte: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

Na data de 1º de setembro de 1976, Takeo Miki faz um discurso ao presidente Geisel, durante um jantar em sua residência, onde estavam presentes o ditador, membros da comitiva presidencial brasileira, dentre outras figuras governamentais.³¹ Como será ilustrado a seguir:

IMAGEM II: Jantar na residência do primeiro-ministro japonês, com Geisel (1976).

³⁰ BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

³¹ *Ibidem*.



BANQUETE OFERECIDO PELO PRIMEIRO MINISTRO

O Primeiro Ministro, Takeo Miki, e Senhora ofereceram um jantar em sua residência oficial ao Presidente da República e Senhora, do qual fizeram parte os membros da comitativa oficial. Na ocasião posaram para fotografias e trocaram discursos com brindes recíprocos. Os discursos encontram-se transcritos adiante.

Fonte: BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

No discurso, o primeiro-ministro japonês exalta o governo de Ernesto Geisel e os programas de “desenvolvimento nacional” que o Brasil adotou durante a Ditadura, como pode ser visto a seguir:

Desde a crise do petróleo, muitos países passaram a sofrer inflação e recessão econômica. Há algum tempo, no entanto, vem-se recuperando a economia mundial, que se defronta, nos dias que correm, com importantes decisões na busca dos caminhos da prosperidade, livres da inflação. O Brasil de hoje, sob a liderança preclara e inteligente de Vossa Excelência, vem vencendo várias dificuldades econômicas e vem-se encaminhando, a passos firmes e decididos no desenvolvimento nacional. Realizam-se, nessas condições, grandes projetos, como a construção da Transamazônica e a industrialização do alumínio, no norte do país; a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, com capacidade aproximada de 10 milhões de KW, no sul do país; a construção da usina siderúrgica de Tubarão, na região centro-leste; e a exploração agrícola do cerrado, na região centro-oeste. Tais projetos, ora em curso no Brasil, constituem uma das obras mais grandiosas a serem executadas pelo Homem na segunda metade do século XX. É este magnífico surto de progresso. Como se costuma dizer entre os brasileiros, “Ninguém segura este país”.³²

Uma breve análise do encontro entre Geisel e o primeiro-ministro japonês revela elementos históricos cruciais para o desenvolvimento da monografia. Destaca-se a ênfase que Takeo Miki dá à crise do petróleo em sua fala. Dado que em 1973, a economia japonesa sofreu um de seus maiores desafios, a crise do petróleo. Está situação decorre, quando os participantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), anunciam uma redução na produção do petróleo. O Japão era dependente das importações

³² BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

do recurso, então em pouco tempo o desespero toma conta do país. Dessa forma gerando caos na vida econômica, aumento de preços e falta de itens nas lojas, devido aos grandes estoques da parcela rica da população. Ademais houve um apagão no centro de Tóquio, os sistemas de aquecimento residenciais foram desligados e as fábricas reduziram as produções, pela falta de insumos. Em face dessa situação o governo adota estado de emergência e uma série de medidas para apaziguar a situação.³³

No seu discurso, Takeo Miki elogia o governo ditatorial, creditando os "passos firmes" que o Brasil estava dando, ou seja, as melhorias econômicas mencionadas, às políticas de "desenvolvimento nacional" adotadas. Todavia o Brasil foi moldado por projetos desenvolvimentistas desde 1950, que visavam a penetração do capital estrangeiro em terras nacionais, esse processo foi intensificado instaurada a Ditadura Militar de 1964. Feito um simples exame do conceito de “desenvolvimento” em relação a um país, vê-se que o significado da palavra se refere as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que ocorrem em medidas diferentes em um território nacional.³⁴ Um sistema econômico desenvolvido deve ser autônomo, isto é, que seja “capaz de gerar seu próprio crescimento, o que implica acima de tudo a faculdade de criar novas tecnologias, expandir o setor de bens de capital e controlar seu sistema financeiro e bancário.”³⁵

No entanto o modelo adotado no Brasil foi o de “desenvolvimento dependente”, onde o país funciona como uma espécie de “periferia” aos grandes sistemas globais. Em outras palavras uma das funções atribuídas ao Brasil é o fornecimento de matérias primárias, isto é, recursos naturais, para o fortalecimento de outras economias. O país não está limitado a apenas esse tipo de relação, contudo o mercado internacional, com o intuito de manter essa relação, pode restringir as oportunidades do país se desenvolver de forma autônoma.³⁶ Esse processo de industrialização periférica, gera um desenvolvimento distorcido, podendo causar agravar em problemas sociais como: “desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição da renda, altos índices de

³³ MIZUNO, H. A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 40–51, 1975. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/39799>. Acesso em: 6 set. 2024.

³⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 21

³⁵ *Ibidem* p. 22.

³⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 21 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 22

desemprego e níveis de vida aberrantemente baixos para a maioria da população.”³⁷ Quanto aos projetos que foram feitos no Brasil, com investimento estrangeiro, durante a Ditadura, eles são recorrentemente citados na monografia, podendo identificar algumas das empresas privadas responsáveis por suas implantações. Entretanto o objetivo é analisar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados.

Retomando o discurso de Takeo Miki, o primeiro-ministro se vangloria pela aliança entre o Japão e o Brasil, declarando que analistas acreditavam que em razão do crescimento vertiginoso da economia japonesa no século XX, o país nipônico estaria a frente das grandes potências mundiais no século seguinte. E o Brasil não ficava atrás, considerando o seu bom desempenho econômico, então estava esperançoso com a parceria de ambos os países. Para finalizar, examina três pontos para a aproximação entre os dois países: pela semelhança entre o sistema econômico, baseado na livre iniciativa, além das relações amigáveis de ambos os países com o restante do globo. O segundo ponto leva em consideração grande colônia japonesa presente no Brasil, podendo considerá-lo como um “país-irmão”.³⁸ O terceiro ponto está relacionado ao fato de que “o Brasil possui abundantes recursos naturais e o Japão, que não os possui, está dotado de uma indústria avançada, o que permite o estabelecimento do que se poderá denominar de relações complementares no campo da economia.”³⁹

Quanto ao terceiro ponto de Takeo Miki, que aborda as relações de complementariedade entre os dois países, baseadas na utilização dos recursos naturais brasileiros para abastecer a economia japonesa, essa relação pode ser compreendida através do conceito amplamente difundido na segunda metade do século XX, conhecido como "Revolução Verde". Uma ideia criada após as duas Grandes Guerras e o período de Guerra Fria, conflito “desarmado” entre Estado Unidos e União Soviética. A Revolução Verde pretendia ter a capacidade de abastecer as necessidades alimentares mundiais, em

³⁷ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 23

³⁸ BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

³⁹ BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

um cenário que era evidenciado por crises sociais, políticas e miséria populacionais ao redor do mundo. Rapidamente, essas ideias se disseminaram no setor agrícola, que, portanto, necessitava se modernizar por meio da criação de políticas nacionais para implementar essas mudanças.⁴⁰ A “Revolução era o termo ideal para determinar de maneira inquestionável a radicalidade da mudança, assim como para ressaltar a superioridade da nova tecnologia para ‘fazer produzir a terra’ em comparação com os recursos técnicos existentes”.⁴¹

A viagem de Geisel ao Japão abriu as portas para a criação de novos projetos em função dos interesses mútuos de cada país, Brasil e Japão. Em 1977, governadores de Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo se juntaram para a criarem grupos de pesquisadores especializados, que pudessem estudar a viabilidade do aprimoramento agrícola do cerrado, o grupo era composto pela parceria público-privada, dentre eles estava a Companhia Vale do Rio Doce, o Instituto de Desenvolvimento de Minas Gerais e a Japan International Cooperation Agency, também conhecida como JICA. Ainda em fase de exames a JICA demanda ao Centro de Desenvolvimento do Japão pesquisas sobre a possibilidade de o cerrado brasileiro adentrar no mercado mundial, como grande exportador de produtos primários, principalmente sobre a soja, sorgo, carvão mineral e minério de ferro. O estudo foi entregue em 1979, intitulado de “Plan for Asian porttentative scheme”, na análise feita pelos japoneses os países carentes em terras agrícolas e recursos naturais teriam que importar cada vez mais de outros países tais recursos primários, sendo estimado que ao final da década o Japão necessitaria cerca de 74 milhões de toneladas de grãos para poder se sustentar.⁴²

Dada a situação, previa-se que os países da América Latina seriam os principais fornecedores para os países asiáticos. Frente a isso o Brasil ganhada a perspectiva de ser um grande exportador, a região escolhida para tal façanha já havia sido determinada, o cerrado. Quanto as estruturas básicas, já tinham sido implantadas com o PRODOESTE e

⁴⁰ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 17-18.

⁴¹ PICADO, op. cit., p 25 *apud* OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 19

⁴² ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls. p. 3 -4.

POLOCENTRO, inclusive as malhas ferroviárias davam acesso ao porto de Tubarão/SP, para a exportação de cereais. A fim de nortear as bases para o programa a JICA implantou um estudo com três princípios afim de promover o progresso do cerrado brasileiro. O primeiro levava em consideração o grau de desenvolvimento que o país se encontrava, ressaltando a necessidade de melhorias sociais, econômicas e culturais na área central e norte que abrangiam o projeto, contudo sumariamente “inexploradas”. A segunda era a necessidade de um aumento da receita cambial da região, por meio da exportação de produtos agrícolas. O último princípio apontava que era “necessário encontrar meios que possibilitem a plena utilização do potencial agrícola do cerrado, transformando-o em um celeiro mundial, a fim de elevar a posição ocupada pelo Brasil no cenário internacional”.⁴³ Em relação ao “celeiro internacional”, demonstra um jogo de interesses entre os países com o objetivo de implantar áreas agrícolas, com as prerrogativas de atender as necessidades alimentícias da população nacional e mundiais, que estavam em constante crescimento. Todavia tais discursos eram disfarces para expansão agrícola, compra de maquinários e insumos para as monoculturas exportadoras. Tais problemáticas serão retomadas ao longo do texto.⁴⁴

Em 1979 foi idealizado, no governo de Ernesto Geisel, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados, também conhecido como PRODECER ou Projeto JICA. O objetivo era claro, explorar os cerrados brasileiros e para coordenar o programa foi criada a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), possuindo dois principais acionistas que representavam respectivamente Brasil e Japão. A Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (BRASAGRO), que possuía 51% das ações e a Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola (JADECO), detendo 49%.⁴⁵

A holding brasileira ficou assim constituída: Banco do Brasil (BB), IBRASA (Subsidiária do BNDE), Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Companhia Vale do Rio Doce e um banco privado. Já a holding

⁴³ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls. p. 3 -4.

⁴⁴ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p. 14

⁴⁵ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls. p. 5.

japonesa foi formada pela JICA e bancos privados japoneses, entre eles o Long Term Credit Bank of Japan e o Banco Mitsui.⁴⁶

Outros agentes governamentais também colaboram com o desenvolvimento do projeto, dentre eles a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).⁴⁷

Em 2000 a Embrapa formulou uma pesquisa de monitoramento ambiental sobre o PRODECER, com a introdução escrita por Akira Hasumi, coordenador da JICA no período. Segundo Akira o desafio dos próximos séculos era relacionado a carência na produção de alimentos, visto que a população apresentava um crescimento vertiginoso que não acompanhava a produção de insumos básicos. Esse problema se resolveria com o aprimoramento agrícola, em conjunto da preservação dos recursos naturais. O Brasil desempenharia um papel ímpar nessa questão pela sua vastidão de terras com potencial agrícola, com isso em mente, Japão e Brasil cooperam por mais de 20 anos no desenvolvimento dos cerrados, sempre ressaltando questões ambientais.⁴⁸ A região apresentava bons aspectos naturais para a implantação de redes de transporte, facilitando o tráfego de grãos, fator de amplo interesse do Estado e dos grupos envolvidos. Logo foi investido uma grande quantia na infraestrutura da região.

Os documentos analisados anteriormente foram feitos na Ditadura pelo SNI, certamente teriam aspectos que exaltassem o regime. Contudo o texto acima é um monitoramento ambiental feito pela EMBRAPA, no ano de 2000, com o propósito de evidenciar os impactos ambientais causados pelo PRODECER, todavia é mais um documento Estatal exaltando as benfeitorias do programa que “colonizou” o cerrado.⁴⁹ Como apresentado na introdução no trabalho as reformas políticas de cunho agrário, acabaram sendo conhecidas como Revolução Verde, nos anos de 1970. A revolução era um processo estatal que via o campo como parte essencial para a industrialização. Para ser concretizada, era necessário investimento estrangeiro e a presença de empresas

⁴⁶ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p. 15

⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls. p. 5.

⁴⁸ YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p.13.

⁴⁹ YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000.

multinacionais.⁵⁰ Nesse período grande parte das políticas que pregavam uma reforma agrária, na verdade permitia a entrada de apropriadores de terras, condenando povos que já pertenciam a região.⁵¹ Afinal os “termos ‘globalização,’ ‘conquista de terras’ e ‘segurança alimentar’ não eram atuais no Brasil durante o período da Guerra Fria, mas sim ‘imperialismo,’ ‘monopólio da terra,’ ‘fome,’ e ‘escassez de alimentos’.”⁵²

Como apresentado no último parágrafo por Akira Hasumi, a necessidade de um aumento de produção agrária, pelo temor da carência na produção de alimentos. O mesmo problema no discurso de Hasumi, pode ser complementado por Pessoa, afinal, havia uma incoerência no projeto e discurso, pois a soja, além de outros grãos produzidos durante a intervenção do PRODECER, não fazem parte da dieta cotidiana do brasileiro, de tal forma que, o insumo que seria produzido no cerrado seria um produto exclusivamente para suprir o mercado internacional, como commodity que renderia no mercado financeiro.⁵³ O grão que possui “raízes predatórias”, pode acabar em produtos diferentes a depender do consumo final ao qual foi destinado, como no Brasil, também pode alimentar a indústria da agropecuária. Na atualidade a soja vem explorando nichos ditos “sustentáveis”, como é o caso de biocombustíveis, contudo mesmo que tenham supostas intenções, a produção da soja não é de forma alguma uma solução sustentável, contribuindo para as mudanças climáticas e mudando o perfil natural das regiões onde são implantadas.⁵⁴

Voltando ao discurso Estatal o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados I (PRODECER), durou entre os anos de 1979-1983.⁵⁵ Para os cidadãos participarem do programa era necessário seguir uma soma de

⁵⁰ BURBACH; FLYNN, 1980; THIESENHUSEN, 1995 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024.

⁵¹ WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. p.287

⁵² *Ibidem* p. 288.

⁵³ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p. 9.

⁵⁴ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024, p. 29.

⁵⁵ SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2016. p. 395.

especificações como: ser natural do Brasil, possuir uma experiência previa com a agricultura, não deter propriedades na área rural, morar na extensão que lhe foi disponibilizada, estar em conformidade com serviços de assistência tanto técnica como gerencial e por último, a participação na Cooperativa ou Associação, sempre devendo estar de acordo com as decisões majoritárias. Logo começaram a aparecer mineiros, gaúchos, paulistas e paranaenses, com os requisitos para colonizarem 60 mil hectares em Minas Gerais. As cidades foram Iraí de Minas, com 26 colonos e 9 mil hectares; Coromandel, com 18 colonos e 12 mil hectares; Paracatu com 50 colonos e 34 mil hectares e Unaí, com a sociedade anônima Curral do Fogo Agroindustrial, e 5 mil hectares. No total foram aplicados no projeto 9.4 bilhões de cruzeiros, 8.4 milhões para o financiamento e 1.4 milhões dos colonos e empresas participantes.⁵⁶

O PRODECER, acoplado de outros programas que estavam sendo desenvolvidos no cerrado brasileiro, prometiam uma mudança acelerada do cenário econômico das regiões, se tornando um ponto atrativo para os grandes agricultores. O projeto foi visto como um dos marcos iniciais para as mudanças no cenário rural do país, impulsionadas pelas propostas de modernização capitalista conservadora. Essas propostas atraíram agricultores e empresas devido aos benefícios oferecidos pelo Estado.⁵⁷ O governo concedia uma série de vantagens e facilidades voltadas para a exploração do cerrado, o programa:

“Considerado de importância estratégica para o processo de modernização e desenvolvimento agrícola no país nos espaços em que foi executado o PRODECER, o público selecionado (empresas, agricultores e cooperativas) contou com um conjunto de instrumentos, desde o crédito rural subsidiado (uma de suas mais importantes ferramentas), seguros agrícolas, preços mínimos, programas de pesquisas agronômicas e extensão rural, além dos incentivos fiscais, inseridos em uma estratégia fundamentada no seguinte tripé: 1) sistema de incentivos financeiros e fiscais, voltado para o aumento da produção e dos investimentos para a melhoria do sistema de comercialização e para a transformação tecnológica; 2) disseminação da adoção de insumos modernos; e 3) desenvolvimento de programas agrícolas dirigidos aos produtos básicos do Centro-Oeste”⁵⁸

⁵⁶ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls. p. 5-7

⁵⁷ SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2016. p. 393.

⁵⁸ *Ibidem* p. 393.

Entre 1964 e 1970, o Estado ditatorial implementou políticas agrícolas com o objetivo de oferecer crédito rural e preços mínimos para o financiamento da agricultura. Uma das características distintivas da modernização agrícola conservadora foi o crédito subsidiado, que direcionava parte dos recursos do governo federal para cobrir os custos da agropecuária, esta situação foi evidenciada entre 1975-1983.⁵⁹

De acordo com Pessôa os financiamentos atraíram diversos produtores do Brasil, enquanto os agricultores que se encontravam no cerrado eram considerados despreparados pela CAMPO. Diversos fazendeiros interessados foram escolhidos para participarem do PRODECER, contudo os que já estavam no cerrado não passavam nos requisitos por “não saberem lidar com as tecnologias”, não estavam preparados financeiramente e não possuíam vínculos a cooperativa de crédito, por esses motivos os agricultores locais eram muitas vezes excluídos do programa.⁶⁰ O PRODECER, além de uma soma de problemas, interferiu na agricultura local e foi responsável pelo “(re)ordenamento territorial do Cerrado, pois reestruturou o sistema produto baseando-se na competitividade de mercado.”⁶¹

O SNI, realizou um levantamento sobre a receptividade dos colonos em relação ao programa, sendo o resultado, segundo os pesquisadores, os melhores possíveis. Os colonos estavam contentes e eufóricos com as oportunidades, houve uma integração entre eles e as comunidades locais, novos empregos foram gerados no campo e na cidade, caso houvesse uma ampliação, seria amplamente aceita pelos colonos, não havendo restrições sobre o funcionamento do programa. Os colonos foram considerados ideais para essa empreitada, pois já possuíam uma bagagem de experiência na área agrícola e já corria a expectativa de uma exploração racional do bioma. Por fim as áreas melhoram tecnologicamente e pelo investimento dos novos colonos no comércio local. Tal resultado não poderia ser diferente de um levantamento de satisfação do Serviço Nacional de Informação, órgão da Ditadura.⁶²

Em razão dos resultados positivos do PRODECER I, o Governo ditatorial decide dar continuidade com a parceria, implantando o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira

⁵⁹ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p. 12.

⁶⁰ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p. 17.

⁶¹ *Ibidem* p.17.

⁶² ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332– Dossiê, 1984, 49 fls. p. 25-26.

para o Desenvolvimento dos Cerrados II, incorporando desta vez uma área de 150 mil hectares, considerados improdutivos, latifúndios localizados na Bahia, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Basicamente era uma expansão ocupacional das terras em desuso, visto os frutos do primeiro projeto, coordenado e executado pela CAMPO. Tinha o objetivo explorar 100 mil hectares, beneficiando ao menos 250 famílias de colonos. Pretendia-se produzir cerca de 212.000 toneladas de gêneros agrícolas, com plantações de soja, milho, trigo e café, o que se estimou com o valor de 52.800 cruzeiros por ano. No documento também é prometido que a infraestruturas e as condições básicas dos agricultores e suas famílias seriam asseguradas, tanto pelo apoio financeiro quanto qualidade de vida, dentre eles adentravam a construção de estradas, eletrificação, acesso a escolas e postos de saúde, tudo isso tinha um custo de um milhão, cento e quarenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e seis cruzados. O investimento das cinco cidades seriam no valor de 200.000 cruzeiros por hectare. Ao final cada colono teria que desembolsar ao menos 4.000.000.000 cruzeiros para receber uma área de desenvolvimento agrícola conforme as extensões mínimas do projeto.⁶³

O projeto foi viabilizado durante uma visita do ditador João Batista de Oliveira Figueredo ao Japão, em maio de 1984, onde o governo japonês concordou em aplicar 152 milhões de dólares na área proposta de 150 mil hectares do PRODECER II. O único Estado que não concordou com o projeto inicialmente foi Goiás, por duvidar dos interesses ali estabelecido, então o governador encarregou a Emater/GO para assessorar na tomada de decisões sobre o projeto em questão. Foram coletados dados sobre o programa e seus objetivos, todavia os resultados da pesquisa e levantado pelo SNI no documento, não encontrou irregularidades com o projeto, concluiu-se que era um projeto puramente brasileiro, respeitando os costumes e normas do povo, não foram encontrados japoneses nas terras brasileiras, apenas gaúchos, mineiros, paranaenses e paulistas. Apesar das terras vendidas serem consideradas improdutivas foram compradas “democraticamente”.⁶⁴

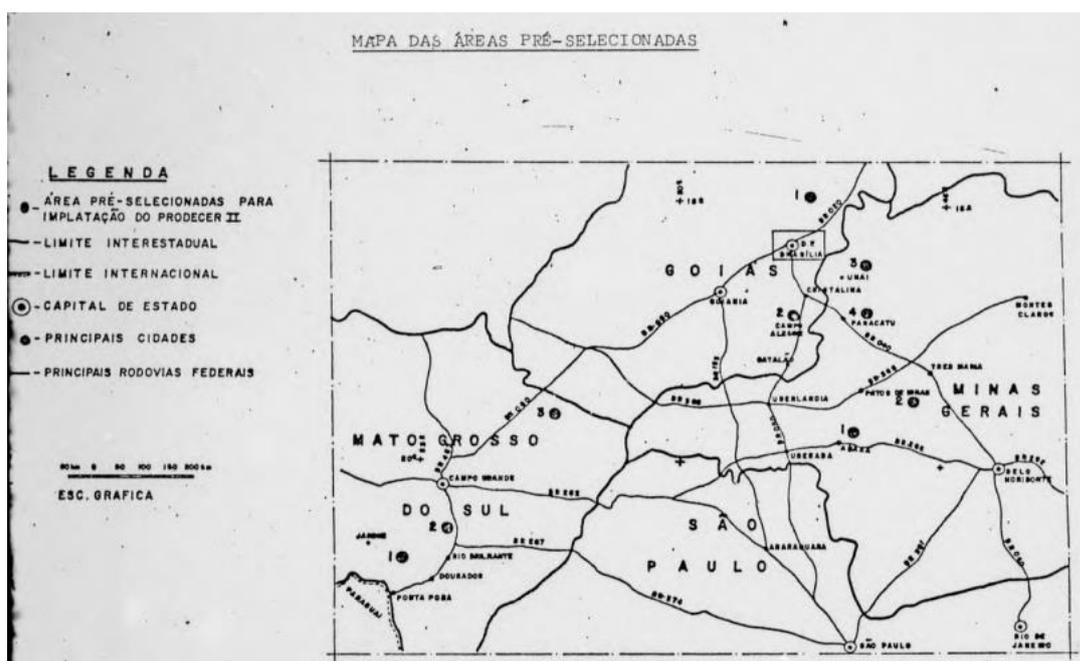
As terras compradas “democraticamente”, podem ser debatidas pois o PRODECER, como já explicado era enviesado nas ideologias da Revolução Verde, onde era preferível o investimento de capital estrangeiro no país, excluindo os fazendeiros que

⁶³ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009362 – Dossiê, 1984, 64 fls. p. 2-5.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 5-7

já se encontravam no cerrado, pela falta de “qualificação”. Uma parte das terras foi comprada por mineiros, paranaenses, gaúchos e paulistas enriquecidos, contudo grande parte da empreitada foi investida por capital internacional, logo foi um processo considerado excludente.⁶⁵ A seguir um mapa que determina as áreas pré-selecionadas para aderirem ao PRODECER II, nota-se que as demarcadas com o ponto preto são as terras que serão preparadas para serem extensas monoculturas no cerrado.

Imagem III: Mapa das áreas PRODECER II



Fonte: (ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009362 – Dossiê, 1984, 64 fls. p. 16.

Por último o PRODECER III, formalizado em 29 de março de 1994, pela assinatura de um convênio entre o governador de Tocantins, Moíses Nogueira Avelino, com o Ministro da Agricultura, Synval Guazzelli e o vice-presidente da Jica, Hidero Maki. O financiamento da terceira fase por parte do Japão, contava com um investimento de 138 milhões de dólares, enquanto o Brasil investia 55 milhões de dólares. Prevendo o aproveitamento de 40 mil hectares em Tocantins e Maranhão e outros 40 mil, para

⁶⁵ WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024 e ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG. p. 7-15.

preservação ambiental.⁶⁶ Em 1996 o governo de Tocantins assinou uma Carta Reversal com o Banco do Brasil S/A, para o financiamento do PRODECER III. Intentando um investimento de 79 milhões de reais, produção anual de 100 mil toneladas de grão em um prazo de três anos, gerando também, cerca de 300 empregos diretos e 600 indireto. E quando o projeto fosse finalizado previam que seriam produzidos 1 milhão de toneladas por ano de grãos como, arroz, feijão, soja e milho, estes que serão exportados a vários países da Europa. A responsável por coordenar o projeto continua sendo a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), sendo Emiliano Pereira Botelho o presidente. Em 1999 o presidente também foi responsável por preocupar os investidores japoneses, quando foi acusado pelo ex-Chefe de Departamento Pessoal da CAMPO Ronal Pires de Souza, por ter desviado dinheiro da companhia, efetuado um adiantamento salarial de 51 mil reais e ter atrasado as negociações do projeto entre o Banco do Brasil e o Governo.⁶⁷ Emiliano Pereira Botelho continua sendo o presidente da CAMPO em 2024, onde é o CEO em tempo integral desde 1992, com trinta e dois anos de casa.⁶⁸

Os resultados não foram tão positivos como os previstos no início da terceira fase do projeto. Em 1998, Makoto Kamewaka, vice-presidente da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA), foi em uma viagem para Tocantins, com o objetivo de avaliar as condições do PRODECER III. Agricultores colonos aproveitaram a oportunidade para postular, ao vice-presidente, sobre as altas taxas de juros cobradas pelo Banco do Brasil. Makoto então se encontrou com José Wilson Siqueira Campos, governador de Tocantins, para debater sobre as queixas dos colonos, solicitando que os mandatários tocantinenses junto ao Governo Federal, façam a gestão dos recursos para que haja uma forma de reduzir os juros do BB. De acordo com o vice-presidente a JICA cobrava 2.74% de juros ao ano para o Banco do Brasil, enquanto ele repassava esse valor aos colonos com juros de 6% ano, fora uma taxa de juros a longo prazo. Essa situação do banco contrair e financiar as dívidas para os colonos estava ocorrendo desde o

⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.940076706 – Dossiê, 1994, 04 fls.

⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.990014608 – Dossiê, 1999, 03 fls.

⁶⁸ BOTELHO, Emiliano. (n.d.). Emiliano Botelho. LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/emiliano-botelho-539725240/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 20 ago. 2024.

PRODECER II, prejudicando os participantes do programa no passar dos anos. O governador com o intuito de baixar os juros se prontificou que levaria a questão ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, demonstrando seu apoio a Makoto Kamewaka. Ao final do documento há um relato de Glauro Rodrigues, feito em três de fevereiro de 1998, participante do PRODECER III. O colono revela uma preocupação entre os agricultores pela impossibilidade de efetuar o pagamento do mesmo ano. Glauro exhibe uma explicação sobre o que estava acontecendo, de acordo com o agricultor a venda da soja renderia 191 mil reais, enquanto o financiamento estava em 210 mil reais, dessa forma ainda há um saldo devedor de 19 mil reais, fora as despesas de manutenção da monocultura. Para impedir essa situação os agricultores pediam mais um ano para pagarem a primeira parcela do projeto, essa que custava 80 mil, e a redução dos juros do Banco do Brasil.⁶⁹ O final do PRODECER II e ao longo do PRODECER III evidenciaram essas situações de crise pela quebra das políticas agrícolas e sistemas de crédito rural, citados anteriormente, dessa forma dificultando a organização dos planejamentos agrícolas pelo Estado.⁷⁰

⁶⁹ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.990015068 - Dossiê, 1999, 03 fls.

⁷⁰ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p. 12.

Imagem IV – Resumo dos Programas de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados I, II e III

Tabela 1. Resumo do Prodecer I, II e III (maio/1999).

Nº	Projetos de Colonização	Cooperativa	Município	Área Total (ha)	Produtores assentados	Valor do investimento (US\$ mil)	Área irrigada (ha)	
							Potencial	Executado
Prodecer I - Piloto								
1	Mundo Novo	Coopernovo	Paracatu - MG	23.000	48	26.500	2.198	1.635
2	Iraí de Minas	Coopamil	Iraí de Minas - MG	9.000	26	11.610	3.030	3.030
3	Coromandel	Aprcor	Coromandel - MG	6.000	18	4.800	94	94
4	Entre-Ribeiros I	Coopervap	Paracatu - MG	10.315	41	17.120	3.424	3.191
Subtotal				48.315	133	60.030	8.746	7.950
Prodecer II - Piloto								
5	Brasil Central	Coaceral	Formosa do Rio Preto - BA	15.028	38	24.000	1.800	
6	Ouro Verde	Coproeste	Formosa do Rio Preto - BA	16.404	48	26.000	3.226	846
7	Ana Terra	Apran	Tapurah - MT	18.600	40	22.000	846	
8	Piúva	Cooperlucas	Lucas do Rio Verde - MT	16.717	39	28.000	2.160	
Subtotal				66.749	165	100.000	8.032	846
Prodecer II - Expansão								
9	Entre-Ribeiros II	Coopervap	Paracatu - MG	10.843	28	23.655	3.000	373
10	Entre-Ribeiros III	Coopervap	Paracatu - MG	5.953	20	19.317	2.400	
11	Entre-Ribeiros IV	Coopervap	Paracatu - MG	3.984	10	9.103	1.140	60
12	Guarda-Mor	Oeste Mineiro	Guarda-Mor - MG	11.916	37	24.350	4.180	2.000
13	Bonfinópolis	Coanor	Bonfinópolis - MG	16.588	49	38.300	2.300	1.982
14	Buritit	Coacertis	Buritit - MG	17.004	42	24.200	2.140	60
15	Piratinga	Coopertinga	Formoso - MG	20.643	53	41.800	2.698	1.998
16	Paineiras	Coacer	Campo Alegre e Ipameri - GO	8.274	29	23.129	1.565	1.445

(continua)

29

Fonte: (YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer.

Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p.27.)

Imagem V – Continuação: resumo dos Programas de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados I, II e III

Tabela 1. Continuação.

Nº	Projetos de Colonização	Cooperativa	Município	Área total (ha)	Produtores assentados	Valor do investimento (US\$ mil)	Área irrigada (ha)	
							Potencial	Executado
17	Cristalina	Coacer	Cristalina - GO	6.115	16	9.428	590	550
18	Buritit Alto	Coopacen	Água Fria, S. João D'Aliança Niquelândia e Alto Paraíso - GO	15.615	40	35.650	1.345	919
19	Alvorada	Copper	Água Clara - MS	22.001	56	26.096		
Subtotal				138.936	380	275.028	21.358	9.387
Prodecer III - Piloto								
20	Gerai de Balsas	Batavo NE	Balsas - MA	40.000	40	60.424	2.050	1.520
21	Pedro Afonso	Coopersan	Pedro Afonso - TO	40.000	40	42.903	2.050	100
Subtotal				80.000	80	103.327	4.100	1.520
TOTAL				334.000	758	538.385	42.236	19.703

Fonte: (YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer.

Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p.28.)

As imagens acima II e III, representam um resumo das três etapas do PRODECER, colocando em tabela os Projetos de “colonização”, termo que é utilizado recorrentemente em diversos documentos, para se referir as cidades que seriam implementadas no programa.⁷¹ Para compreender a estrutura da tabela, é importante explicar o conceito de área irrigada. Embora pareça um conceito simples, ele envolve complexidades em sua estrutura, como será explicado logo em seguida:

A irrigação fornece a água de forma artificial para suprir o que não é fornecido pelas fontes naturais, visando o pleno desenvolvimento das culturas. Cada cultura necessita de uma quantidade de água, que também varia de acordo com as fases do seu desenvolvimento e com o clima local. Esses parâmetros, em conjunto com a eficiência do método/sistema, são utilizados para estimar o quanto de água é necessário captar em mananciais superficiais ou subterrâneos.⁷²

Em outras palavras, quando esse parâmetro for apresentado está relacionado com as variações da quantidade de água que cada terreno precisaria. Em relação a tabela dentre os projetos de colonização e mais especificamente os municípios escolhidos para o PRODECER I (1979-1983) estão respectivamente: Mundo Novo e Paracatu - MG; Iraí de Minas – Iraí de Minas – MG; Coromandel e Coromandel – MG; Entre Ribeiro I e Paracatu – MG. Analisando os dados totais da primeira fase mostram que a área total era de 48.315 hectares, com 133 produtores assentados, valor do investimento de 60.030 mil dólares. A área irrigada executada 7950 hectares. No PRODECER I a área escolhida para implantação é Minas Gerais e os valores apresentados podem se tornar uma base para analisar as próximas partes do projeto, no entanto deve-se considerar as contantes mudanças nas taxas de juros. Dentre os projetos de colonização e os municípios escolhidos para o PRODECER II (1985-1990) estão respectivamente: Brasil Central e Formosa do Rio Preto – BA; Ouro Verde e Formosa do Rio Preto – BA; Ana Terra e Tapurah – MT; Piúva e Lucas do Rio Verde – MT. Analisando os dados totais da segunda fase mostram que a área total era de 66.749 hectares, com 165 produtores assentados,

⁷¹ YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p.28.

⁷² BRASIL. Portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH). *História das Águas no Brasil: Visão Geral*. Disponível em: <https://portal1.snirh.gov.br/ana/apps/storymaps/stories/a874e62f27544c6a986da1702a911c6b>. Acesso em: 21 ago. 2024.

valor do investimento de 100.000 mil dólares e área irrigada executada de oitocentos e quarenta e seis hectares.⁷³

O PRODECER II (1985-1993), teve uma segunda fase chamada de “Expansão”. Esse alongamento da segunda fase, foi realizada simultaneamente a primeira, contudo terminaram em datas diferentes, a primeira em 1990 e a expansão em 1993. Os recursos financeiros adquiridos pelo programa financiaram onze áreas, dentre elas alguns estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.⁷⁴ Dentre os projetos de colonização e os municípios escolhidos estão respectivamente: Entre Ribeiros II e Paracatu – MG; Entre Ribeiros III e Paracatu – MG; Entre Ribeiros IV e Paracatu – MG; Guarda-Mor e Guarda-Mor – MG; Bonfinópolis e Bonfinópolis – MG; Buritis e Buritis – MG; Piratinga e Formosa – MG; Paineiras e Campo Alegre e Ipameri – GO; Cristalina e Cristalina – GO; Buriti Alto e Águas Frias, São João da Aliança e Alto Paraíso – GO; Alvorada e Água Clara – MS. Analisando os dados totais da segunda fase “extensão” mostram que a área total era de 138.936 hectares, com 380 produtores assentados, valor do investimento de 275.028 mil dólares e área irrigada executada de nove mil trezentos e oitenta e sete hectares.⁷⁵

Para encerrar a tabela o PRODECER III (1995-2001), dentre os projetos de colonização e os municípios escolhidos estão respectivamente: Gerais de Balsas e Balsas – MA; Pedro Afonso e Pedro Afonso – TO. Analisando os dados totais da terceira e última fase, mostram que a área total era de 80.000 hectares, com 80 produtores assentados, valor do investimento de 103.327 mil dólares e área irrigada executada mil quinhentos e vinte hectares.⁷⁶ Há uma diferença na terceira fase em relação ao tamanho dos lotes, que contariam com 1000 hectares, sendo que na primeira fase era necessário 400ha; segunda fase 410ha e a expansão 350 ha.⁷⁷ A soma de todos os valores dos três programas está localizada na Tabela I, pode-se observar que a área total abrangida pelo PRODECER foi

⁷³ YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p.28.

⁷⁴ SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2016. p. 400.

⁷⁵ YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p.28.

⁷⁶ *Ibidem* p.29

⁷⁷ SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2016. p. 403.

de 80.000 hectares, assentando 758 produtores, valor do investimento de 538.385 mil dólares e área irrigada executada de dezenove mil setecentos e três hectares.⁷⁸

1.2 Japão no Brasil: motivos para a escolha do país.

Realizadas as análises sobre algumas das estruturas do PRODECER, há de se questionar o porquê de o programa japonês ter criado raízes no Brasil. Primeiro deve-se lembrar da situação japonesa após a Segunda Guerra Mundial e logo em seguida na Guerra Fria, onde passa por mudanças em suas políticas voltadas a diplomacia e economia. Era previsto que o Japão ultrapassaria os Estados Unidos da América como grande potência, afinal o país possuía um crescimento anual de 10%, o que correspondia a duas vezes o que se esperava de países capitalistas que representavam o topo. A doutrina Yoshida, política adotada no pós-guerra, foi fundamental para alcançar essa expansão econômica, devido aos seus princípios o Japão não deveria se envolver em assuntos políticos e militares de outros países, investindo seu capital na economia nacional. “A Doutrina Yoshida seria então racionalizada a partir de quatro elementos: economicismo, minimalismo, bilateralismo dominante, e multilateralismo”.⁷⁹

Partindo dos princípios da doutrina e a fim de garantir sua segurança internacional, se aliou aos Estado Unidos e em troca cederia bases militares no país, de acordo com o Tratado de Segurança entre Estados Unidos e Japão, criado em 1952 e renegociado em 1960. A renegociação foi em virtude da dependência que o país nipônico acabou criando com os EUA pelas bases militares, as quais os Estados Unidos possuíam livre acesso para mobilização de seu exército, sem o consentimento do Japão. Com o passar dos anos atritos foram sendo gerados entre os dois países, em razão das bases e o crescimento econômico assustador nipônico, em resposta desse avanço, foram criadas suspeitas infundadas de que o Japão estava se aproveitando das estruturas estadunidenses para se desenvolver.⁸⁰

⁷⁸ YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodecer. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000, p. 29.

⁷⁹ UEHARA, op. cit., 2003, p. 109 *apud* OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 60

⁸⁰ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 60-62.

Em 1973 ocorreram alguns eventos internacionais que resultaram na crise alimentar japonesa, vale ressaltar que o Japão possuía uma grande dependência a exportação estadunidense de grãos. O primeiro foi a quebra do acordo de Bretton Woods, abalando a hegemonia dos EUA frente a outros países e a Crise Petrolífera de 1973, aumentando o preço do petróleo e dificultando o acesso ao Japão que era um grande consumidor. Dessa forma quem matinha a segurança alimentar do Japão, não estava mais tão interessado em abastecer esse mercado, logo o presidente americano Richard Nixon impediu que grãos de soja fossem exportados ao país. O governo japonês preocupado com o abastecimento alimentar começou a procurar outras nações para se aliar. Após um ano, em 1974, foi criada a Japan Internacional Cooperation Agency (JICA), ligado ao Ministério das Relações Exteriores, com o dever de realizar integrações regionais. A JICA cogita parcerias na América Latina, que detinham extensos biomas que eram adequados para o cultivo massivo de grãos, por exemplo os pampas e o cerrado. Além disso os regimes ditatoriais se tornavam parcerias interessantes para o Japão, pois eles valorizavam iniciativas de cooperação econômica. O país caminhava lentamente para criar parcerias com a América Latina, afinal não poderiam desagradar aos Estados Unidos no jogo político, outras opções pareciam inviáveis, por exemplo criar colônias agrícolas em países asiáticos, pois o Japão possuía um passado colonizador que traumatizava seus vizinhos.⁸¹

O questionamento ainda paira no ar sobre as motivações do Japão ter investido mais de 553 milhões de dólares no programa, fora outros projetos implementados na Ditadura Militar, como a Companhia Siderurgica de Tubarão e a Albras-Alunorte, que é responsável pela produção de alumínio no Pará. Em uma tentativa de entender esse relacionamento vale citar o Tratado de Amizade, assinado em 1895 pelos dois países e responsável por trazer milhares de famílias nipônicas ao Brasil. Esse tratado foi quebrado durante as Grandes Guerras, no entanto os países se aproximaram novamente com o governo de Jucelino Kubitschek, que governou entre (1956-1961).⁸² Vale ressaltar como estava a situação político-econômica do Brasil quando, em 1974 a JICA escolhia qual país seria sede do projeto:

⁸¹ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 63-65

⁸² *Ibidem* p.80-87.

“Nesse período, alguns fatores se apresentam para o fortalecimento dessas relações, como o chamado ‘milagre brasileiro’ (1968-1973), que exerceu forte atração de capital transnacional em investimentos de modernização das relações de produção; a recessão econômica provocada pela Crise Petrolífera de 1973, que gerou uma crise na produção alimentícia mundial, levando inúmeros países a buscarem novas possibilidades de investimento naqueles de capitalismo periférico; e a política externa pragmática do governo Geisel (1974-1979), que abriu o leque diplomático do Itamaraty (em termos de cooperação econômica) a países não-alinhados ao projeto anticomunista ocidental.”⁸³

O PRODECER é considerado um dos maiores projetos agrícolas da Ditadura Militar Brasileira, em termos de extensão. A cooperação não era tão complicada, pois o Japão precisava utilizar terras agrárias, e a Ditadura Militar queria que capital estrangeiro fosse investido no Brasil, para sustentar o regime. A sequência de acontecimentos internacionais influenciaram na escolha do país localizado na América Latina, em plena ditadura. Além do fato de que os japoneses já haviam investido uma grande quantidade no Brasil, entre o Governo de Juscelino e Geisel. Logo o país da América Latina foi escolhido para abrigar este grande projeto conservador agrícola.⁸⁴ De acordo com Pessoa a escolha do cerrado foi planejada, devido as facilidades geográficas para implantação de infraestrutura para exportação de grãos. Existiam falhas que evidenciavam a agricultura agroexportadora, como a implantação da soja como principal tipo de grão, este que não faz parte da cultura alimentar do povo brasileiro, sendo o consumo maior como óleo vegetal.⁸⁵ Não é certo apontar apenas uma razão para a escolha do cerrado brasileira, entretanto outra afirmação que sustenta a “escolha do Cerrado como lócus de produção agrícola foi atender ao mercado internacional, pois a soja é uma *commodity* e favorecia o desenvolvimento do agronegócio em longo prazo”.⁸⁶

Para encerrar essa primeira parte é pertinente explicar como um bioma considerado impróprio para agricultura se tornou um dos maiores exportadores de grãos internacionalmente. As alterações agrícolas do cerrado não seriam possíveis sem o investimento estrangeiro em pesquisas sobre o bioma, maquinários e especialização em técnicas para tratar dessa nova área agrícola, em detrimento da agricultura considerada “rudimentar”. Com o investimento a Empresa Brasileira de Pesquisa

⁸³ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 78

⁸⁴ *Ibidem* p. 80-81.

⁸⁵ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014. p. 8.

⁸⁶ *Ibidem* p. 8.

Agropecuária (EMBRAPA), começa as pesquisas para se aprofundar sobre as características do cerrado, este que era considerado inadequado para a criação de monoculturas. As razões se encontravam pela alta concentração de acidez do solo, deixando em condições elevadas seu pH, além das pragas do cerrado e a carência de nutrientes da terra. Era necessário corrigir essas barreiras para transformar o solo em fértil e combinar uma agricultura considerada “moderna”.⁸⁷

Entre 1978 e 1980, no âmbito do PRODECER, foi realizado um estudo científico acerca das condições ambientais e geomorfológicas do bioma Cerrado para o desenvolvimento de uma cultura intensiva de soja. A equipe desse estudo, formada por 25 pesquisadores e um coordenador administrativo, contava com treze doutores, oito mestres e quatro baixareis, de áreas como Fitopatologia, Entomologia, Fitotecnia, Solos, um empregado pela JICA, dez pelo Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries (MAFF) do Japão, dois pela Universidade de Brasília (UnB) e doze pelo Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC).⁸⁸

Essa equipe efetuou a pesquisa entre 1978 e 1980 nas áreas do cerrado correspondente ao PRODECER I, estudando sobre o controle de pragas na plantação, como criar grãos fortes o suficiente para aguentar as intempéries do bioma e o melhoramento do solo, na tentativa de aumentar seu êxito agrícola. Os experimentos foram efetuados com o intuito de corrigir a acidez do solo e apresentar as atitudes essenciais para tornar esse plantio com altos riscos em eficaz. As instituições relacionadas tomam os frutos dessa pesquisa para adequar as outras áreas que seriam planejadas para o PRODECER, possibilitando a criação das monoculturas desejadas.⁸⁹

1.3 Consequências ambientais da soja predatória no Cerrado brasileiro.

Quem vê o cerrado como um “deserto verde”, está enganado, pois o bioma possui riquíssimas nascentes, como as do Araguaia e Tocantins I. Fora que possui aquíferos como o Guarani, que é o segundo maior em nível mundial, além do Urucua e o Bambuí. O cerrado que tem uma extensão de vinte e cinco por cento do território brasileiro é vítima da expansão da soja. “Atualmente, do total cultivado no país, 52% crescem no Cerrado, especialmente na região conhecida como Matopiba, nova fronteira agrícola da qual fazem

⁸⁷ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 34.

⁸⁸ *Ibidem* p. 34.

⁸⁹ *Ibidem* p. 34-36

parte áreas do Maranhão, Piauí, Bahia e todo o território do Tocantins.”⁹⁰ Como já abordado no tópico anterior a Matopiba, junção de áreas localizadas nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia são regiões que possuem um elo fundamental com as culturas indígenas autóctones do cerrado brasileiro. As plantações de soja agroexportadoras do cerrado foram responsáveis por violações aos direitos indígenas, obrigando tais povos a resistirem ao avanço rural. Os diversos povos indígenas do cerrado se empenham para o prolongamento de suas tradições, costumes e lugares sagrados, que são constantemente profanados pelo interesse de grandes grupos agroindustriais com monoculturas de soja, um dos motivos que isso ocorre é pela falta de demarcação de terras indígenas, pois menos de quarenta por cento das terras indígenas do cerrado são demarcadas pelo poder público, dessa forma os povos indígenas ficam à mercê dos agricultores e do Estado.⁹¹

IMAGEM VI – Ilustração e explicação da EMBRAPA da Matopiba



Fonte: **EMBRAPA**. *Tema Matopiba*. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba>. Acesso em: 26 ago. 2024.

IMAGEM VII- Ilustração das consequências da agricultura agroexportadora no cerrado

⁹⁰ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p.4.

⁹¹ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-resistencia-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.



A soja e a pecuária foram os responsáveis diretos por pelo menos 9% de desmatamento, entre os anos de 2000 e 2016. A plantação de soja junto da pecuária são os vetores de maior índice no Brasil, no entanto eles possuem uma correlação em suas implantações.⁹²

“O padrão é primeiro desmatar e colocar o gado. Depois vem uma infraestrutura, essas terras se valorizam e começa o plantio de commodities, em especial da soja. É uma forma mais barata de ocupar o Cerrado”, resume Elaine Barbosa da Silva, professora do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenadora do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig).⁹³

Como observado o sistema utilizado pelo capitalismo predatório no cerrado, tem métodos para a efetiva exploração do bioma, a vegetação local é dizimada pelo gado, e ao final vira antro para grandes exportações e commodities.⁹⁴

O aquecimento global virou uma das questões debatidas globalmente e umas das regiões ameaçadas de colapso climático é o cerrado, podendo resultar em índices de aumento climático, irreversíveis, caso não sejam tomadas precauções. Há pesquisas que indicam que se o desmatamento do cerrado continuar nos mesmos padrões atuais, o bioma pode mudar suas características naturais em um período de até trinta anos. As regiões que concentram a Matopiba, podem sofrer secas, desestabilizando as regiões e a própria

⁹² REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p.4.

⁹³ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p.6.

⁹⁴ *Ibiden* p. 6-7.

agricultura. Caso a situação continue os incêndios do cerrado, habitualmente entre os meses de junho e outubro, podem se tornar mais frequentes e severos. No ano de 2022, foram implantadas medidas de racionamento de água para a população, devido ao baixo índice de chuvas e volume de água nos reservatórios.⁹⁵ Entretanto os agronegócios não economizaram água nas lavouras de soja, um estudo publicado em janeiro de 2022 mostra que:

Oito empresas com operação em Correntina e Jaborandi, no Oeste da Bahia, possuem autorização para captar cerca de 8 954,4 milhões de litros de água por dia da sub-bacia do Rio Arrojado³⁰. Dos oito casos mapeados, sete envolvem empresas que atuam no setor da soja, como o grupo SLC Agrícola, um dos maiores produtores nacionais do grão.⁹⁶

O desmatamento, além dos riscos ambientais mostrados, interfere em questões sociais, dado que a exploração do cerrado e das fronteiras agrícolas, abre espaço para grileiros e invasões de terras públicas. Em consequência disso os povos indígenas e comunidades tradicionais acabam sendo afetados e envolvidos nos conflitos do campo.⁹⁷

Dentre os povos que compõem o cerrado podem ser citados:

mais de 80 etnias indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, camponeses, integrantes de comunidades tradicionais, como as de fecho de pasto, geraizeiras, quebradeiras de coco-babaçu, raizeiras, apanhadoras de 10 flores sempre-vivas, benzedeadas e pescadoras artesanais que estão na mira da expansão da fronteira agrícola no bioma.⁹⁸

Movimentos sociais como a Comissão Pastoral de Terras (CPT), apontam que defensores do direito social às terras e ambientalistas são assassinados no Brasil pelo conflito agrário, enquanto ocorre a expansão da soja no cerrado.⁹⁹ Para finalizar, o Instituto Centro Vida (ICV), divulgou um estudo em 2022 sobre os impactos da soja no

⁹⁵ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p.7-8

⁹⁶ OLIVEIRA, Karla R. A.; BELTRÃO, Marcos Rogério; ELOY, Ludivine; SILVA, Anderson A. *Mapeamento das empresas usuárias de água no Rio Arrojado, Correntina, Bahia*. 1. ed. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2021. Observatório de Conflitos Socioambientais no Matopiba.

⁹⁷ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p. 9-10.

⁹⁸ *Ibidem* p.10

⁹⁹ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p. 9-10.

⁹⁹ *Ibidem* p.10

Mato Grosso, entre 2008-2019. Segundo o relatório o Mato Grosso é o maior produtor de commodities no país, todavia as plantações de soja culminaram em 20% de desmatamento no estado, sendo que mais de noventa por cento desse total, foi executado ilegalmente. Esses números, segundo o estudo, envolvem a parte do estado localizada no cerrado e Amazônia.¹⁰⁰ Elaine Barbosa da Silva, professora da Universidade Federal do Goiás, explica que a fim de refrear as mudanças climáticas é necessário correlacionar os impactos entre os biomas do Cerrado e da Amazônia, pois eles acabam se influenciando como nos regimes de chuva, então a devastação ambiental não será cessada, caso não haja o resguardo de ambas as riquezas naturais do Brasil.¹⁰¹

¹⁰⁰ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p. 32

¹⁰¹ REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024. p. 8.

Capítulo II – Função da Terra e resistências ao PRODECER.

O presidente da República João Goulart, nunca escondeu que a reforma agrária fazia parte da sua agenda política. Entretanto a proposta não progredia, pois a Constituição de 1946 tinha um artigo que impedia que ocorresse uma desapropriação sem que o proprietário fosse indenizado em dinheiro, o que deixava o programa impraticável pelos altos custos. Jango havia proposto que a indenização pudesse ser paga por pagamentos a longo prazo, em títulos da dívida agrária, no entanto a proposta foi vetada pelos deputados e senadores.¹⁰² A fim de elucidar para a população quem seria afetado pela reforma agrária, o senador do Partido Trabalhista Brasileiro, Arthur Virgílio explica que:

“O único objetivo é desapropriar o latifúndio improdutivo”, argumentava no Plenário, no dia 4 de março, o então senador Arthur Virgílio (AM), líder do PTB, partido de Jango, tranquilizando os fazendeiros que estivessem trabalhando e produzindo. “Mas uma atitude que não encontrará meios de recuar é a de alcançar essas terras que não merecem respeito, que são esse latifúndio nocivo ao país, que é motivo de atraso à nação. O latifúndio antissocial, o latifúndio anti-humano”, afirmou.¹⁰³

“Em 1964, de acordo com o Anuário Estatístico Brasileiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população era de 79,8 milhões de pessoas. O número dos que viviam em área rural alcançava 33 milhões.”¹⁰⁴ O mercado agrícola não atendia diretamente a população brasileira, pois estavam mais interessados em abastecer os mercados internacionais. Os trabalhadores rurais estavam cansados da situação degradante em que residiam, então nesse clima de agitação social, crescem vozes de mudanças, como as que clamavam pela reforma agrária. No dia 13 de março de 1964 Jango saí as ruas em busca do apoio popular pelo seu “Comício das Reformas”, que seria anunciado na Central do Brasil. Divulgou para duzentas mil pessoas sobre sua proposta

¹⁰² **SENADO FEDERAL.** 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Senado Federal*, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 23 ago. 2024.

¹⁰³ *Ibidem*

¹⁰⁴ **SENADO FEDERAL.** 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Senado Federal*, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 23 ago. 2024.

de desapropriação de áreas públicas, em localidades irregulares, como perto de rodovias, ferrovias e açudes.¹⁰⁵ João Goulart, declara:

“Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da Supra. Assinei-o com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro”, disse Jango, na Central do Brasil, em discurso transmitido pelo rádio. “O que se pretende é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável”, continuou.¹⁰⁶

IMAGEM VIII – Ligas Camponesas se mobilizavam em defesa da reforma agrária.



Fonte: **SENADO FEDERAL**. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Senado Federal*, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 23 ago. 2024.

O senador da UDN da Paraíba, João Agripino declara que: “tudo isso excede os limites, atenta contra o regime, põe em risco o regime democrático, como se fosse um plano inclinado, no qual, após meio caminho, ninguém pode retornar”.¹⁰⁷ Depois do Comício os parlamentares de oposição encararam o discurso de Goulart como um confronto direto. Logo surgiram as acusações de violação constitucional por parte do presidente da República, principalmente pelos opositores da UDN. Arthur Vírgilio e

¹⁰⁵ **SENADO FEDERAL**. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Senado Federal*, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 23 ago. 2024.

¹⁰⁶ *Ibidem*

¹⁰⁷ *Ibidem*

Leonel Brizola, tentaram apaziguar os ânimos, contudo as linhas do golpe estavam prontas.¹⁰⁸

O Brasil com o intuito de sair da zona de “país em desenvolvimento” vem se moldando, visando o apoio e grandes instituições financeiras internacionais e capital estrangeiro. Durante os anos de 1960, no governo de João Goulart, houve uma tentativa de limitar a 10% a remessa de lucros estrangeiros gerados no Brasil. No entanto, essa tentativa enfrentou forte oposição das elites dos Estados Unidos, sendo um dos fatores que descontentaram o governo americano em relação a Jango.¹⁰⁹ O Governo de Goulart foi derrubado por conspirações de interesse capitalista, financiados pelos Estados Unidos, como pode ser observado na fala a seguir:

O ponto de vista capitalista foi especialmente articulado por um grupo de pensadores conservadores, políticos, industriais, usineiros e fazendeiros que, com financiamento do governo dos EUA, trabalhou para minar o governo Goulart. Em 1963, membros do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) indicaram a falida “revisão agrária” de Carvalho Pinto como o modelo de reforma agrária mais digno para o país.¹¹⁰

Em 1964, após a queda do presidente da República, em razão do golpe militar. Uma equipe do governo de Castello Branco, primeiro ditador, desenvolvia as bases para o Estatuto da Terra. Lei que orientava a agenda ditatorial pela “reforma agrária” conservadora. Mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Terra ainda influencia as decisões brasileiras atualmente, em benefício do desenvolvimento capitalista.¹¹¹

A Reforma Agrária conservadora estava baseada nas ideologias da Revolução Verde, assentadas durante a introdução deste trabalho. O Estatuto da Terra foi estabelecido durante o período de Ditadura no Brasil e Guerra Fria, no cenário mundial. O Discurso Estatal da Reforma, tinha por base resolver problemas econômicos do país e

¹⁰⁸ **SENADO FEDERAL.** 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Senado Federal*, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 23 ago. 2024.

¹⁰⁹ OLIVEIRA, 2010 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016, p. 311.

¹¹⁰ TOLENTINO, 2011; Dreifuss, 1981 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016, p. 307.

¹¹¹ WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016, p.307.

diminuir os índices de pobreza, esse discurso passou por variações nos anos oitenta. Entretanto o campo virou palco de políticas agrárias com a intenção de atender os propósitos das classes clientelistas.¹¹² A variação no discurso da Reforma Agrária foi evidenciada a partir de 1980, devido a transição do governo militar para o civil, o especialista em desenvolvimentismo, Cristóbal Kay:

chama essas eras pré-reforma e pós-contrarreforma. Em ambas as eras, como ele mostra, os resultados foram “misturados na melhor das hipóteses,” com os agricultores comerciais geralmente vencedores e camponeses (os supostos beneficiários da reforma), via de regra, perdedores.¹¹³

Como mostra o Relatório da Comissão Nacional da Verdade volume 2, a reforma agrária de João Goulart foi aos poucos sendo deixada de lado, contudo o presidente, Castello Branco pretendia se apropriar de alguns elementos do projeto. Instaurada a Ditadura Militar, Roberto Campos, ministro do Planejamento, delegou a José Gomes da Silva, que era chefe da equipe brasileira do Instituto Interamericano de Ciências Agrárias na América Latina, um projeto de lei para uma nova reforma agrária no Brasil. O Instituto Interamericano de Ciências Agrárias na América Latina, ficava na Costa Rica e almejava a formação de técnicos latinos em legislação agrária, tal iniciativa era patrocinada pelos Estados Unidos, com o intuito de evitar movimentações na América Latina, nos moldes da Revolução cubana.¹¹⁴ A lei criada por José Gomes da Silva foi o Estatuto da Terra, onde será tratado a seguir:

O Estatuto da Terra instituiu um cadastro das propriedades de terra, criou mecanismos legais de desapropriação para fins de reforma agrária e criou o Incra, um aparato administrativo para executar a reforma agrária. Isto indica que o Estado brasileiro, que reconhecia o direito à terra e a necessidade de distribuí-la para os milhões de camponeses pobres, foi o mesmo que reprimiu com violência inusitada todas as

¹¹² SANTOS, 1988 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016, p. 289.

¹¹³ CRISTÓBAL KAY, 1998 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016, p. 289.

¹¹⁴ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Volume II. José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Rosa Maria Cardoso da Cunha (Coord.). Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

formas de organização criadas pelo homem do campo para defender esses mesmos direitos.¹¹⁵

Para o governo de João Goulart (1961-1964), a função da terra era um problema abordado em uma perspectiva diferente da adotada posteriormente pelos militares. Dado que as terras consideradas improdutivas eram uma opção viável para a reforma agrária, encontrando uma solução para os movimentos sociais que reivindicavam essa ideia. Contudo, essa proposta não agradou as classes dominantes e os militares, dessa forma moldando algumas das estruturas para o Golpe de 1964. Durante a Ditadura os militares reivindicaram a questão da terra como uma das estratégias do governo, contudo a “reforma” realizada pelo Estado ditatorial iria privilegiar as classes clientelistas da sociedade. Em prol de atender os interesses das classes dominantes, foi criado o Estatuto da Terra, que possibilitava legalmente a expropriação de proprietários de terras, caso não cumprissem a “função social da propriedade da terra”.¹¹⁶ Dentre as funções era assegurado o acesso à terra, desde que seguissem as seguintes proposições:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.¹¹⁷

O problema estava em “os níveis satisfatórios de produtividade”, pois esses níveis seriam alcançados com o investimento de capital estrangeiro, tornando-se com o tempo agroindústrias e deixando de ser agricultura familiar, calcando a modernização conservadora do campo. Esses novos complexos agroindustriais possuíam alta tecnologia e o uso de químicos na plantação, a fim de uma amplificação no sucesso da colheita. As

¹¹⁵ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório: textos temáticos*. Volume II. José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Rosa Maria Cardoso da Cunha (Coord.). Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

¹¹⁶ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 42-70.

¹¹⁷ BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em 8 de jul. 2024.

terras brasileiras amplificaram as oportunidades para a entrada do capital estrangeiro, que ingressava vertiginosamente na economia do país.¹¹⁸

Por último, com a finalidade de modificar o inciso 5º do art. 157 da Constituição federal, foi sancionado o Ato Institucional Nove (AI-9), em 1969.¹¹⁹

CONSIDERANDO, ainda, que a Reforma Agrária, para a sua execução, reclama instrumentos hábeis que implicam alterações de ordem constitucional, resolve editar o seguinte Ato Institucional:

Art. 1º - O § 1º do art. 157 da Constituição federal passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 157 - § 1º - Para os fins previstos neste artigo a União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata, correção monetária, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas."

Art. 2º - É substituído o § 5º do art. 157 da Constituição federal pelo seguinte: "§ 5º - O Presidente da República poderá delegar as atribuições para desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias."¹²⁰

O AI-9 substituiu o inciso 5º do art. 157 da Constituição federal e acabou também por ampliar o poder do Estatuto da Terra que possuía restrições pelo mesmo inciso da CF/67. A Constituição vigente em 1967 previa que as desapropriações apenas poderiam ser realizadas diante de uma indenização apropriada. Contudo o Ato Institucional Nove Artigo 2º cancela essa obrigatoriedade, em vista do "interesse social". Portanto o Estado poderá expropriar propriedades rurais em razão dos interesses estatais e de classes dominantes. Todavia, como ilustrado no artigo 1º do AI-9, o a União pode prever a desapropriação rural, com uma justa indenização, em títulos da dívida pública. O termo "interesse social" foi uma estratégia introduzida pelo Estatuto da Terra com o propósito de realizar desapropriações em função dos anseios Estatais e das elites. Um dos propósitos para tais mudanças era a regulamentação para facilitar a compra de terras nacionais por estrangeiros. Em certos pontos o AI-9 demonstrava-se como um empecilho para os

¹¹⁸ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 44-70.

¹¹⁹ BRASIL. Ato Institucional nº 9, de 15 de abril de 1969. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 abr. 1969. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-09-69.htm. Acesso em: 24 ago. 2024.

¹²⁰ *Ibidem*

latifundiários, que se viram “acuados” com os novos regulamentos que colocavam em risco suas propriedades, esta era uma das faces do protoneoliberalismo, que a Ditadura adotava.¹²¹

Em relação as considerações finais do tópico dois, o PRODECER provocou mudanças territoriais e sociais significativas nas áreas em que foi implementado. É importante considerar que um espaço é moldado por algumas contantes, como: o modo de produção vigente, o tipo de economia adotada e as relações da sociedade com o meio-ambiente. A apropriação desses espaços considerados “vazios” revelam algumas das estruturas do capitalismo. Uma vez que ao transformar o cerrado em diversas propriedades privadas, é atribuído um valor de mercado ao bioma. Essa precificação é caracterizada tanto pelo uso que cada pedaço de terra será destinado, quanto pela função de troca que as terras adquirem. Quanto a “função da terra”, ou o uso que foi destinada ao bioma, obteve características conforme os interesses políticos e das elites classicistas, alterando assim as estruturas naturais do cerrado para atender as demandas agrícolas de grupos monopolistas. Estes grupos estavam ligados principalmente aos grandes polos industriais, acarretando ao longo do tempo, em uma dependência no fornecimento de máquinas e insumos agrícolas para a manutenção das plantações. Dessa forma deixando poucas opções para a agricultura tradicional, esta que é essencial para a produção de alimentos internos e pode sair prejudicada pela alta competitividade. Em alguns casos as poucas alternativas que restam aos agricultores tradicionais é se associar com as grandes empresas.¹²² Essas complexas relações transformam as relações no campo, como diz Rodrigues:

O espaço rural é apropriado e utilizado não mais como lugar de reprodução das condições de existência, nem mesmo em termos de necessidades sociais, mas utilizado em relações industriais ou comerciais que não dizem respeito direto às exigências dos trabalhadores. Isto faz com que o espaço agrícola não produza agricultura de subsistência e sim de exportação ou como bem intermediário da produção (matéria prima industrial), estabelecendo nova dinâmica nas relações cidade-campo.¹²³

¹²¹ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 43-50

¹²² PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014. p. 4-5.

¹²³ RODRIGUES, 1983, p. 37 *apud* PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014. p. 3

2.1 Resistências ao PRODECER

Feitas as análises no papel sobre o PRODECER e alguns dos problemas que ele gerou na sociedade brasileira, é necessário examinar que o projeto gerava opiniões contrárias desde seu início até seu avanço pelo cerrado, então convém examinar quem foram os grupos contrários à sua adoção. Ainda na coleta de informações sobre o projeto apareciam os descontentamentos sociais sobre a ideia de o Japão explorar um bioma do Brasil, então grupos como a “Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as Federações de Trabalhadores da Agricultura de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, as Federações Patronais da Agricultura desses mesmos estados, o Ministério das Relações exteriores”¹²⁴, além disso o IPEA, órgãos governamentais e parlamentares, apresentavam questionamentos sobre a entrada brasileira no PRODECER. Pela influência desses segmentos foi iniciada uma CPI, com o objetivo de descobrir os motivos intrínsecos pelos quais o acordo foi assinado entre ambos os países.¹²⁵ O deputado Adhemar Santillo tenta justificar a necessidade dessa investigação quando coloca que o Brasil estava afundando sua dívida externa em mais dívidas com o Japão, na esperança que dessa forma conseguisse pagar seu débito com países exteriores. Então o plano era abrir as portas do Brasil para a adentrar a agricultura internacional, cedendo terras nacionais para a criação desse projeto que custaria, segundo a própria JICA, um bilhão, trezentos e vinte e oito milhões de dólares, para criar as estruturas básicas para sua chegada. Toda essa empreitada era para que os produtos alimentícios brasileiros chegassem ao Japão com menos custos, dessa forma se livrando da dependência que mantinha com os Estados Unidos.¹²⁶ As principais crítica que esses segmentos possuíam eram sobre a falta de mão de obra especializada para a execução do projeto, a mecanização da agricultura, o fato de que os grãos que seriam cultivados não fazerem parte da alimentação cultural brasileira e por último, apenas um seletivo grupo de proprietários seria beneficiado pelo projeto, e conquistariam um grande contingente de terras.¹²⁷

¹²⁴ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014. p.8

¹²⁵ *Ibidem* p.8

¹²⁶ CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980, p. 1-2 *apud* PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p.8.

¹²⁷ PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014. p.9

A Comissão Parlamentar de inquérito foi instituída pela Resolução número 159, em 1980. Seu intuito, como dito anteriormente era investigar as relações entre o Brasil e Japão no âmbito do projeto PRODECER, pois notava-se uma falta de equidade sobre o acordo, favorecendo a economia japonesa.¹²⁸ No trecho, Adhemar Santillo, responsável por instituir a CPI sobre o PRODECER, expressou de forma indignada como a criação da CAMPO nada mais foi que uma forma de burlar a legislação brasileira que proibia a compra de mais de 1/4 de uma área municipal por estrangeiro. Todavia pela associação entre a BRASAGRO e JADECO duas holdings, brasileira e japonesa, para a formação da a Companhia de Promoção Agrícola foi permitido a compra das terras brasileiras. O deputado ironiza que poderiam comprar todo o território nacional, além de adquirir benefícios fiscais. Por fim, ressalta que apenas uma CPI organizada mostraria os problemas que essa parceria poderá resultar futuramente e admite que ainda é possível parar esse projeto e remediar os danos, como a venda de terras nacionais ao exterior e a perda da função dos pequenos e médios agricultores rurais do cerrado.¹²⁹ A CPI foi cessada, depois de apenas quatro sessões, sendo adiada por seis anos e posteriormente arquivada em 1987.¹³⁰ Não é certo todos os motivos que impediram essa CPI de obter respostas, entretanto “é patente que uma articulação política e econômica de tal envergadura pelo governo militar com o Japão não seria obstruída por um inquérito criado pelo MDB, partido de ‘oposição consentida’ baixo uma ditadura militar”.¹³¹

Outro grupo contrário ao PRODECER era a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Diferente dos outros grupos, que atuavam principalmente na esfera política, o grupo religioso focava sua atuação no âmbito social, aproximando-se das comunidades que seriam diretamente afetadas pelo projeto.¹³² A CPT foi criada em Goiânia no ano de 1975, era ligada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e possuía uma “influência da

¹²⁸ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 101.

¹²⁹ BRASIL, Diário do Congresso Nacional, 1980 *apud* OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 101-102.

¹³⁰ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p.102.

¹³¹ *Ibidem* p.102

¹³² OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 95.

tradição marxista no campo religioso [...], a CPT exerceu uma importante agência na luta por reforma agrária e nos processos de resistência à ditadura militar brasileira.”¹³³

Dentre seus objetivos estava a luta pelas formas de agricultura tradicionais, melhores condições de trabalho no campo, redução das desigualdades sociais e a tentativa de uma reforma agrária no país, quando o PRODECER teve início, prontamente se tornou parte da agenda do grupo. O motivo para sua ação em contextos políticos é em razão de seu paradigma religioso, chamado de Teologia da Libertação, de forma que o homem apenas seria liberto quando tivesse compreensão da política, economia, religião e moral. Então não é de se estranhar que se articulavam com o sindicato dos trabalhadores e produziam materiais didáticos sobre o programa, que alertavam sobre suas consequências.¹³⁴ Logo para a organização religiosa o PRODECER seria “um projeto que privilegiaria as elites econômicas japonesas e brasileiras, promovendo apenas conflito e expulsão dos pequenos produtores que lá viviam”.¹³⁵

Um de seus cadernos é chamado de “Para onde vão nossos alimentos? Invasão do cerrado brasileiro”, escrito em 1985, já no fim da Ditadura. Em sua publicação manifesta a atenção do povo para o problema que foi implantado no cerrado pelas mãos do capitalismo internacional. O projeto JICA, nome popular usado para o PRODECER, já havia tomado conta de mais seis estados brasileiros, modificando as paisagens com suas estruturas de escoamento, produção, ferrovias e rodovias.¹³⁶ O texto logo em sua introdução comenta sobre o projeto de reforma agrária que deve ser retomado no Brasil o quanto antes, sobre os ares da república e como o governo militar precarizou o avanço da nacionalização dos recursos brasileiros:

Ora, a política agrícola herdada dos planos da ditadura é anti-popular, destrói a natureza, beneficia poucos grupos, é dominada pelas grandes empresas trans-nacionais. Em suma, moderniza a produção, mas vai contra a REFORMA AGRARIA. Está se fazendo na agricultura o mesmo que fizeram na indústria: confiar às grandes empresas o poder de modernizar o Brasil às custas dos trabalhadores. Só o projeto do CERRADO promete tirar da terra um milhão de pessoa. Esta política agrícola significa na prática, expulsão e assassinato para os

¹³³ *Ibidem* 96.

¹³⁴ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 95-98.

¹³⁵ *Ibidem* p.99

¹³⁶ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG. p. 4.

trabalhadores do campo carestia e fome para os da cidade. Para os trabalhadores esta política anti-popular é a negação da REFORMA AGRARIA que os trabalhadores precisam.¹³⁷

Imagem IX - Ilustração de como a Comissão Pastoral da Terra visualizava o Projeto JICA no Cerrado Brasileiro.



Fonte: ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG. p. 13.

Em sua apresentação comentam sobre o início do PRODECER, em 1979, com pretextos de modernizar a agricultura brasileira com capital japonês e a atitude entreguista do Brasil ao ceder territórios a estrangeiros. A CPT não conseguiu parar o projeto piloto da JICA em Minas Gerais, segundo seus autores pela intensa cobrança de favores da CAMPO ao governo que com propagandas conseguiu mudar a opinião pública sobre a ameaça que seria o programa. Dada essa atitude da Ditadura Militar, outras empresas industriais começaram a trazer seus negócios ao cerrado com o igual interesse de explorar as terras nacionais. Ressalta uma das empresas que já realizava essa exploração, a Vale do Rio Doce, com suas ferrovias no porto de Tubarão, no intuito de exportar os recursos brasileiros, da mesma forma que ocorre com sua intensa exploração de minérios nacionais. Voltando ao PRODECER, ele chega em sua segunda fase com a visita do Presidente Figueredo ao Japão, pretendendo que o programa ocupasse mais 500.000 hectares brasileiros, o governo

¹³⁷ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG. p. 4.

japonês prometeu investir mais 150 milhões de dólares. A “teia de aranha”, forma que denominavam as engrenagens que prendiam os agricultores e o cerrado ao programa, estava novamente pronta para implantar seus grãos no cerrado. Debate que realmente houve avanços no Brasil quanto a produção de alimentos, porém as custas das terras nacionais, aumento de bóias frias, ou seja, pessoas que não possuem um vínculo empregatício com os donos de terras e a abertura para novas empresas seguirem o exemplo dos japoneses.¹³⁸

Passando uma perspectiva nacionalista o CPT em seu texto refuta que o cerrado seja uma região vazia e que sua valorização foi gerada apenas pela interferência japonesa. Os terrenos do cerrado já eram utilizados para criação de gado e em algumas áreas para plantação com técnicas regionais. Foram cientistas brasileiros que pesquisaram sobre o bioma e descobriram seu alto valor de ph e sua concentração de alumínio que impedia a absorção de nutrientes para as plantações. Também foram eles que criaram a solução, adicionando calcário e fosfato na terra, possibilitando que o bioma consiga cultivar diversos alimentos. Prontamente, levantam o questionamento, apesar do cerrado não ser uma terra fértil, sem o seu devido preparo, por que as grandes empresas querem se alojar nesse bioma? De acordo com os autores, a situação é simples: a terra é barata e abundante, fatores essenciais para as empresas que lucram com maquinários e pesticidas necessários para o cultivo do cerrado. Assim, o cerrado se transformaria em um paraíso para a produção de riquezas para grandes indústrias, políticos e banqueiros. No entanto, o único que não se beneficiaria dessa situação seria o pequeno agricultor que não teria recursos para entrar no programa e capital para investir em máquinas e pesticidas.¹³⁹

Por fim chamam a atenção para uma questão: O desenvolvimento social será alcançado com a modernização capitalista? A CPT adverte que o capitalismo possui mecanismos para convencer as pessoas de que eles realmente estão desenvolvendo o cerrado com seus produtos químicos e maquinários, entretanto são apenas palavras bonitas para mascarar interesses monetários. Uma verdadeira concepção de desenvolvimento advém de avanços que preservem uma boa relação com a natureza, ou seja, técnicas devem ser criadas para domar a natureza, mas de forma que não a

¹³⁸ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG. p. 7-15.

¹³⁹ *Ibidem* p. 17-18

destrua, fora isso as decisões que modificam seu meio devem ser acompanhadas de participação popular, para que no final se crie uma sociedade com abundância e valores fraternais. Esses princípios não foram respeitados durante a implantação do projeto JICA, pois as pessoas foram ignoradas, pelos “vazios nacionais”. Muitos dos agricultores do cerrado sequer possuíam capital para poder investir no PRODECER, a maioria que conseguiu entrar no projeto foram gaúchos que tinham enriquecido e conseguiam adentrar nas qualificações dos colonos. O que ocorreu no cerrado é uma invasão das grandes empresas de países estrangeiros, que sobre o pretexto da modernização colocam máquinas pesadas, aderem a técnicas e métodos considerados rápidos, que por consequência destroem a natureza na medida que são implantados. Além disso o povo fica à mercê de uma elite que não está preocupada com suas necessidades, gerando misérias e mortes, por uma produção de nível internacional.¹⁴⁰

Os membros da Comissão exaltaram em seu caderno que “para haver desenvolvimento, é preciso que o povo se liberte, se organize e prepare o futuro com as próprias mãos.”¹⁴¹O desenvolvimento, ao contrário da modernização capitalista, caminha em passos lentos e considera a natureza e o povo em seus cálculos. Por último demonstra como serão efetuados os passos da população interessada nas propostas de desenvolvimento, com: a diversificação na produção de grãos, pensando no abastecimento do mercado interno e as dificuldades de se estabelecer no mercado externo; melhorar a qualidade das terras, com técnicas que ressaltem as características da natureza, afinal possuem plantas que funcionam como bombas que puxam os nutrientes do solo, mesmo no caso do cerrado que se concentram em suas áreas mais profundas; uso de técnicas agrícolas que se encaixem com a realidade popular; e a organização dos pequenos proprietários em frentes políticas para que seus interesses sejam resguardados.¹⁴² Todavia a pastoral estava no radar do SNI, o órgão monitorava as atividade da comissão, sendo uma de suas conclusões sobre a CPT:

“O livreto segue nitidamente a estratégia da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criando no trabalhador rural a consciência de ‘união e organização’ centrada na oposição pelo sindicato. Foge totalmente ao espírito de evangelização para se intrometer em assuntos políticos,

¹⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG. p.24 e 31-32.

¹⁴¹ *Ibidem* p. 32

¹⁴² *Ibidem* p. 33-35.

insuflando a subversão e criando um clima de revolta e desgaste à imagem do governo”¹⁴³

O trecho anterior é sobre um relatório feito pelo SNI, em relação aos livretos confeccionados pela CPT. Como pode ser observado a atuação do grupo não agradava o governo militar, pela tentativa de conscientizar as pessoas sobre as atividades que seriam realizadas nas terras que habitavam e a tentativa de unir a população rural para lutar pelos seus direitos, o que ia contra o regime que se aplicava. De acordo com Oliveira, pela análise dos relatórios do SNI, pode não ter havido um consenso no governo militar, sobre a execução do PRODECER, pois os acionistas do projeto foram investigados mesmo após o início do Projeto JICA, essa situação pode ter sido deflagrada pela discordância dentro do regime sobre as próprias políticas econômicas voltadas ao comércio exterior.¹⁴⁴

IMAGEM X - Indígenas Apinajé, Krahô, Xerente, Canela e Avá Canoeiro no encontro (Edson Prudencio/ APA-TO) (2018)



Fonte: VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde*

¹⁴³ SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1980, p. 5-6. In: ARQUIVO NACIONAL *apud* OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza, 2022, p. 99.

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 99.

Diplomatique Brasil, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-resistencia-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Por último os povos mais afetados pelas políticas agrícolas foram as comunidades indígenas. Os Xerentes, Xakriabá e Xavantes são exemplos de povos que habitam o cerrado brasileiro.¹⁴⁵

O esforço por tornar os indígenas do Cerrado mais ‘produtivos’ e integrados, ou, simplesmente, “mais humanos”, como aponta Célia Xakriabá, faz parte do apagamento de seus modos de vida pelo processo de acumulação capitalista de suas terras. Isso remete muito ao que seja uma ideia de agricultura conservadora, do agronegócio, com base em eficiência e produtivismo, necessitando de grandes extensões para o cultivo de poucas espécies. A “monoculturação” da terra e da vida, de que nos fala Célia, precisou, assim, da fronteira e do apagamento dos modos de vida e da desqualificação da diversidade produtiva e alimentar dos povos indígenas das terras baixas da América do Sul.¹⁴⁶

Como pode ser observado na fala acima, sobre os esforços sobre a “integração” dos indígenas. No século XIX, há classificações antropológicas que inferiorizavam as comunidades indígenas e seus saberes. As políticas agrícolas vem invadindo as terras indígenas em momentos diferentes, como a Marcha para o Oeste de Getúlio e a modernização conservadora ditatorial, como visto pelo trabalho um dos exemplos é o PRODECER. Em um processo gradual, foram escancaradas as portas do Brasil para as monoculturas agroexportadoras e os direitos indígenas sobre suas terras. A luta indígena é pela terra, a continuidade de suas tradições e o convívio mútuo com a natureza.¹⁴⁷ Os grãos de soja que saem do Brasil, são ao preço de violências e envenenamento de terras e aquíferos. Como evidencia Célia Xakriabá:

no Cerrado estão diversos povos indígenas que resistem ao avanço da fronteira, que separa e divide o desenvolvido do não desenvolvido, o humano do não humano. Com firmeza, ao falar da *Jornada Sangue Indígena, Nenhuma Gota a Mais*, ela lembra que “a soja exportada do Cerrado está exportando vidas.” E acrescenta: “a cada vez que os povos indígenas continuam derramando lágrimas, continuam derramando sangue, os rios vão secando. Porque aquele que não se indignar pelos processos de luta dos povos indígenas nos nossos territórios do bioma do Cerrado, já perdeu o princípio de humanidade.”¹⁴⁸

¹⁴⁵ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-resistencia-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

¹⁴⁶ *Ibidem*

¹⁴⁷ *Ibidem*

¹⁴⁸ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde*

IMAGEM XI: Célia Xakriabá acompanhando a sessão do STF, responsável por rejeitar o Marco Temporal:



Célia Xakriabá (E) acompanhou sessão do Supremo que rejeitou o marco temporal

Fonte: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decisão do STF que derrubou marco temporal das terras indígenas gera repercussão na Câmara. Câmara dos Deputados, Brasília, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000636-decisao-do-stf-que-derrubou-marco-temporal-das-terras-indigenas-gera-repercussao-na-camara/>. Acesso em: 7 set. 2024.

A luta dos povos indígenas até que a Constituição de 1988 garantisse seus direitos pelas terras de origem, com o Artigo 231, foi grande. Muitas comunidades se sentiram amparadas legalmente para tentarem retomarem suas terras originárias, contudo a luta pela terra, mesmo na atualidade é violenta. Principalmente pelas disputas entre o Marco Temporal e o estatuto do Indigenato.¹⁴⁹ Em 21 de setembro de 2023 indígenas de todo o Brasil comemoravam sobre a decisão do STF em derrubar o Marco Temporal. A seguinte tese estabelecia que a demarcação dos territórios indígenas seria de acordo com as terras que ocupavam até a Constituição de 1988. Todavia advogados especializados argumentavam que o marco ignorava os anos de violência e invasões sobre as terras indígenas. Os ruralistas não aprovaram tal determinação, pois o Marco Temporal, também

Diplomatique Brasil, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-rexistencias-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

¹⁴⁹ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-rexistencias-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

servia para resolver disputas de terras. Dessa forma era um mecanismo para que os povos indígenas não pudessem reivindicar a posse de suas terras legalmente. Mas por voto no STF, a decisão do Marco Temporal foi considerada inconstitucional, com o julgamento terminando em nove a dois.¹⁵⁰

Para finalizar, Célia transmite a tarefa dos povos indígenas de “sementear” os territórios brasileiros, assim como curar os corações nacionais que perderam a ligação com a natureza, como elo fundamental das relações humanas. Atualmente o cerrado é vítima de programas capitalistas, afinal o bioma “sofre nesse momento com essa monocultura que tenta trazer a terra só apenas como produto, mas a terra ela não está à venda, porque o dia que vender todo território é como vender nosso corpo, é como vender o nosso espírito.¹⁵¹

¹⁵⁰ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decisão do STF que derrubou marco temporal das terras indígenas gera repercussão na Câmara. Câmara dos Deputados, Brasília, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000636-decisao-do-stf-que-derrubou-marco-temporal-das-terras-indigenas-gera-repercussao-na-camara/>. Acesso em: 7 set. 2024.

¹⁵¹ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-rexistencias-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Conclusão

Conforme mencionado na introdução e ao longo da monografia, o Brasil desde 1950, foi ancorando-se no investimento de capital estrangeiro em vista de seu “desenvolvimento dependente”, contudo essa situação se ampliou durante a Ditadura. Em uma situação extrema o país acaba se tornando um antro de exportações, todavia essa situação não quer dizer subdesenvolvimento e não compreende um fator imutável, entretanto cria-se uma situação de “desenvolvimento distorcido”, com amplos problemas econômicos e sociais. Essa dependência denota o enriquecimento das “classes clientelísticas” estrangeiras, que adentram com capital financeiro na economia brasileira. Tais classes dominantes possuem o controle do sistema capitalista, podendo interferir em políticas internacionais, o qual foi o cenário da queda de João Goulart em 1964. O presidente possuía projetos que iam contra os interesses internacionais, como restrições de investimentos estrangeiros, controle de remessa de lucros, nacionalização de empresas estrangeiras no Brasil, como se manifestou no grupo Hanna, evidenciado durante a introdução. Logo a lógica que favorecia os interesses internacionais quanto ao desenvolvimento dependente agiu, quando foi ameaçada pelas políticas de João Goulart, se associando por meio das conspirações civis e militares para ocasionar no Golpe de 31 de março de 1964.¹⁵²

As propostas de Reforma Agrária de Jango foram impedidas, pela dificuldade em pagar as indenizações das desapropriações rurais com dinheiro, a proposta da esquerda seria compensar os proprietários com títulos da dívida pública, mas foi negada pelos conservadores.¹⁵³ Todavia, durante a Ditadura os militares criaram o INCRA, responsável pelas políticas agrárias, “ganhou aprovação de uma lei trabalhista rural através de um congresso oposicionista, reconheceu centenas de sindicatos rurais e elaborou uma lei de reforma agrária que, ironicamente, só seria decretada pela administração sucessora, o primeiro de uma série de ditadores militares que se manteriam no poder no Brasil de abril

¹⁵² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005, p. 23 e 24.

¹⁵³ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 349-350

de 1964 a janeiro de 1985.¹⁵⁴ Tais medidas elencadas desta maneira parecem que foram benéficas para a sociedade brasileira, entretanto as teorias de modernização baseados em processos desenvolvimentistas, agregam o processo de industrialização com o de reforma agrária, mascarando os interesses nacionais e prejudicando o trabalhador rural.¹⁵⁵

Bernardo Maçano Fernandes esclarece as relações entre a agricultura capitalista e o latifúndio inutilizado. O geógrafo compreende que a concentração de terra e de recursos naturais são estruturas fundamentais do capitalismo, onde a primeira fase existe a exploração dos camponeses no meio rural, e após o assentamento dos maquinários, há o processo de exclusão desses camponeses, pelo uso de novas tecnologias no campo. Essas estruturas estão frequentemente ligadas as ditas “reformas agrárias” estatais.¹⁵⁶ Fernandes conclui que: “se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado.”¹⁵⁷ Logo o agronegócio é um investimento que vai além da concentração de terras, ele inclui influência sobre a tecnologia de produção e as políticas desenvolvimentistas.¹⁵⁸

Em relação ao Japão, sua economia cresceu no pós-guerra, com base em suas constantes importações de recursos naturais, e exportação de produtos processados para o exterior, caracterizando-se por uma divisão de trabalho vertical. Em 1970 começam críticas populares sobre o Produto Nacional Bruto (PNB), apesar de se tornar a terceira maior economia do mundo, a sociedade estava insatisfeita pelos altos índices de poluição que decorriam do processo de industrialização. Mesmo com os elevados níveis de PNB,

¹⁵⁴ WELCH, 2012 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024, p. 300.

¹⁵⁵ SANTOS, 1998 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024, p. 305.

¹⁵⁶ FERNANDES, 2009 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024, p. 307.

¹⁵⁷ *Ibidem* p.307.

¹⁵⁸ *Ibidem* p.307.

não correspondia ao bem-estar popular.¹⁵⁹ Entre 1973-1977, o país adota medidas de bem-estar, com o subtítulo de:

"Construção da sociedade de bem-estar com vigor" e estabeleceu metas tão importantes como a "Criação de um ambiente rico" e a "Manutenção da vida confortável e estável". De fato, o Governo japonês declarou que 1973 seria o primeiro ano do bem-estar e tomou medidas como a elevação de 50% a 70% nos subsídios da assistência médica, gratuidade da assistência médica para os velhos e aposentadoria de 50 mil ienes mensais.¹⁶⁰

Dessa forma o sistema econômico japonês se qualifica bem na denominação de desenvolvimento autônomo, ao contrário do Brasil que foi um desenvolvimento dependente.¹⁶¹ Todavia a “participação japonesa no PRODECER e nos demais programas com financiamentos do Japão representa os interesses internacionais no Cerrado como área estratégica de suprimentos agrícolas [...], o que acabou se concretizando com a cultura da soja”. Já foram apresentados uma série de motivos para o Japão ter se instalado no Brasil, contudo, pode estar também relacionado ao fato de que os japoneses optaram por escolher outro país para despejar os vestígios de poluição, decorrentes de uma industrialização conservadora, logo escolheram o Brasil para ser o polo de concentração do cultivo de soja.

De acordo com Zanatta em sua análise realizada em 2001, o PRODECER completava 22 anos, o programa que muitas vezes era comparado a uma reforma agrária, foi responsável pelo desenvolvimento de algumas cidades em que se estabeleceu e melhorou aspectos sociais da população. Entretanto acabou endividando diversas famílias de agricultores, por falhas durante a execução do projeto e por má gestão.¹⁶² Durante a Ditadura o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados não foi o único programa com intenções internacionais para explorar o

¹⁵⁹ MIZUNO, H. A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 40–51, 1975. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/39799>. Acesso em: 6 set. 2024. p. 42-43.

¹⁶⁰ MIZUNO, H. A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], v. 15, n. 5, p. 40–51, 1975. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/39799>. Acesso em: 6 set. 2024. p. 43.

¹⁶¹ WELCH, 2012 *apud* WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024, p. 300.

¹⁶² Zanatta, 2001 *apud* PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014, p.18.

bioma brasileiro. Todavia “foi o que melhor explorou a legislação fundiária e os direitos de propriedade existentes no Brasil para se estruturar economicamente em torno da pauta alimentaria global”¹⁶³ Apesar dos grandes valores de extensões atribuídos aos terrenos do PRODECER, o programa ocupou cerca de 3,5% da área total do cerrado brasileiro, ou seja 204 milhões de hectares. O que se pode concluir do programa é que ele abriu as portas internacionalmente para que outros projetos com interesses semelhantes adentrassem no Brasil, com um exemplo de política agrícola que gerou benefícios para as classes dominantes.¹⁶⁴

A fim de concluir a indígena e deputada Célia Xakriabá, chama a atenção que em 2019, cento e trinta lideranças indígenas foram assassinadas, em razão de disputas de terras entre o agronegócio. Enfatiza a questão dos efeitos dos agrotóxicos que chegam à mesa de milhares de brasileiros, mostrando que essa também é uma das lutas dos povos indígenas e que deveria ser aderidas por toda a humanidade. De acordo com a deputada 90% dos cultivos de soja são exportados do Brasil, ilustrando essa situação como um “arrancamento do cerrado”. Logo para abordar sobre a biodiversidade brasileira há de se questionar sobre projetos políticos que acabam violando os direitos indígenas e “incendiando” o cerrado.¹⁶⁵

¹⁶³ OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022, p. 109.

¹⁶⁴ *Ibidem* p. 109.

¹⁶⁵ VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-resistencia-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Bibliografia

OLIVEIRA, Júlio Ernesto Souza de. A saga da soja nipo-brasileira: ditadura militar e implementação do PRODECER nos Cerrados brasileiros (1964-1979). 125 fl. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SANTOS, Clovis Caribé M. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 24, n. 2, p. 384-416, out. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964678001>

PESSÔA, V. L. S.; INOCÊNCIO, M. E. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 9, n. 18 jun., 2014. DOI: 10.14393/RCT91826927. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26927>. Acesso em: 24 jul. 2024.

YOSHII, KAZUHIRO *et al.* Monitoramento ambiental nos projetos agrícolas do Prodec. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2000.

REPORTER BRASIL. Monitor do Cerrado: a produção de soja e seus impactos sociais e ambientais. *Reporter Brasil*, nov. 2022. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Monitor_Cerrado_NOV_V3.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

VECCHIONE, Marcela; CONCEIÇÃO, Antonio Verissimo da; PEREIRA, Laudovina Aparecida; LIEBGOTT, Roberto Antonio. Povos indígenas do Cerrado: cultivando resistências diversas. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 8 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/povos-indigenas-do-cerrado-cultivando-rexistencias-diversas/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

WELCH, C. A. Resistindo a Estrangeirização de Terras na América Latina durante a Guerra Fria e a Era da Globalização. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 11, n. 23 jul., 2016. DOI: 10.14393/RCT112310. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30809>. Acesso em: 22 ago. 2024.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, M. de P. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). *Locus: Revista de História*, [S. l.], v. 12, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20647>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Coleção História. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MIZUNO, H. A economia japonesa após a crise do petróleo e as implicações nas suas relações com a América Latina. *RAE - Revista de Administracao de Empresas*, [S. l.], v.

15, n. 5, p. 40–51, 1975. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/39799>. Acesso em: 6 set. 2024.

SENADO FEDERAL. 1964: pouco antes do golpe, reforma agrária esteve no centro dos debates no Senado. *Senado Federal*, 24 mar. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/24/1964-pouco-antes-do-golpe-reforma-agraria-esteve-no-centro-dos-debates-no-senado>. Acesso em: 23 ago. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decisão do STF que derrubou marco temporal das terras indígenas gera repercussão na Câmara. Câmara dos Deputados, Brasília, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000636-decisao-do-stf-que-derrubou-marco-temporal-das-terras-indigenas-gera-repercussao-na-camara/>. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Volume II. José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Rosa Maria Cardoso da Cunha (Coord.). Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2).

Fontes Primárias

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009332–Dossiê, 1984, 49 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.RRR.84009362 – Dossiê, 1984, 64 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Serviço Nacional de Informações – BR DFANBSB_V8, Referência: MIC.GNC.OOO.85011406 - Dossiê, 1985, 02 fls. Caderno da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, CPT MG.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.990014608 – Dossiê, 1999, 03 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.990015068 - Dossiê, 1999, 03 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.990014853 - Dossiê, 1999, 04 fls.

ARQUIVO NACIONAL, Banco de Dados Memórias Reveladas, Fundo: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - BR DFANBSB _ H4, Referência: MIC.GNC.RRR.940076706 – Dossiê, 1994, 04 fls.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. ASSESSORIA DE RELAÇÕES PÚBLICAS. Viagem do Presidente Geisel ao Japão. Setembro de 1976, 114 p., p. 5. In: Biblioteca da Presidência da República. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes_oficiais/catalogo/geisel/viagem-do-pr-ao-japao-setembro-1976. Acesso em: 6 set. 2024.

Legislação

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.192, de 8 de novembro de 1971. Brasília, 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1192.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975. Brasília, 1975. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871_publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm. Acesso em 8 de jul. 2024.